



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPINA GRANDE – CAMPUS - I
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC - I
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

INÁCIO VICENTE MARINHO

**NAS JANELAS DA VIDA, OS "OLHARES" DE UM CEGO:
EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS NO MUNDO DO TRABALHO E NA EDUCAÇÃO**

**CAMPINA GRANDE – PB
2011**

INÁCIO VICENTE MARINHO

**NAS JANELAS DA VIDA, OS "OLHARES" DE UM CEGO:
EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS NO MUNDO DO TRABALHO E NA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Graduado em Licenciatura Plena em História

Orientadora: Prof^a Dr^a Patrícia Cristina de Aragão Araújo

CAMPINA GRANDE – PB
2011

M337j

Marinho, Inácio Vicente.

Nas janelas da vida, os "olhares" de um cego
[manuscrito]: experiências e vivências no mundo do trabalho
e na educação /Inácio Vicente Marinho. – 2011.

84 f.: il. color.

Digitado.

**Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) –
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.**

“Orientação: Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo,
Departamento de História”.

1. Inclusão Social 2. Mundo do Trabalho 4. Deficiência Visual I.
Título.

21. ed. CDD 302.14

INÁCIO VICENTE MARINHO

**NAS JANELAS DA VIDA, OS "OLHARES" DE UM CEGO:
EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS NO MUNDO DO TRABALHO E NA
EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de
História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial para
a obtenção do título de Graduado em
Licenciatura Plena em História

Aprovado em 28 / 11 /2011.

Profª Drª Patrícia Cristina de Araújo Aragão/ UEPB
Orientadora

Profª Ms. Cleônia Maria Mendes de Sousa
Examinadora/UEPB

Profª Drª Maria Lindaci Gomes de Souza
Examinadora/UEPB

DEDICATÓRIA

À minha família pela presença, força e compreensão.
Às pessoas cegas que em seus cotidianos agenciam na busca pela desconstrução do estereótipo do inválido e do incapaz. DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Fazendo minhas as palavras do apóstolo Paulo que diz “Combati o bom combate, acabei a carreira e guardei a fé” (II Tm 4:7), eu diria: combati o bom combate, concretizei um sonho, conclui uma graduação, guardei o conhecimento e construí minha autonomia. Neste sentido, agradeço:

Aos meus *professores*, que souberem entender as minhas necessidades educativas, buscaram desenvolver formas de aprendizagem compatíveis com a minha deficiência, possibilitando que tivesse um aprendizado significativo;

A minha orientadora, *Patrícia Cristina de Aragão Araújo*, que aceitou o desafio de realizar esta parceria e procurou desenvolver mecanismos que pudessem fazer com que esta monografia tivesse as minhas marcas e anseios acadêmicos;

As pessoas cegas participantes deste trabalho. Suas vidas, suas histórias nos motivaram em nossa escrita. Meu muito obrigado!

Aos *funcionários* do Centro de Educação – I que dentro de suas possibilidades, tentaram proporcionar a minha acessibilidade do ponto de vista arquitetônico;

Ao Programa de extensão Tutoria Especial, na pessoa da coordenadora Professora Cleônia Maria Mendes de Souza, que possibilitou que eu pudesse chegar ao fim dessa jornada; Esta iniciativa da Universidade Estadual da Paraíba, mas que uma medida inclusiva constitui-se como uma ação na busca da valorização dos direitos humanos;

Ao meu tutor, *Gildivan Francisco das Neves*, que em nossa convivência passou a representar mais que um tutor, mas, que um amigo, um companheiro, um irmão, enfim, um filho. Seria impossível adjetivar a nossa amizade e os laços que nos uniram durante os quatro anos;

Meus sinceros agradecimentos aos que acreditaram na consecução do meu sonho, e também aos que duvidaram e continuam a conceber as pessoas cegas enquanto o deficiente, o inválido, o pedinte. Agradeço;

A *Vanessa e Edcarlos* que me apoiaram no momento do vestibular;

Aos amigos, irmãos em Cristo que oraram e acreditaram que seria possível a minha vitória e ajudaram dentro das suas possibilidades;

Aos colegas de turma, em específico a *João Batista e Josenildo Marques* que apesar de nossas diferenças, soubemos ser companheiros e estabelecer laços de sociabilidade;

A prefeitura de Lagoa Seca, nas pessoas do prefeito *Edvardo Herculano de Lima* e sua digníssima esposa *Dalva de Lima* e a todos os motoristas que me acompanharam durante os quatro anos;

A minha família, na pessoa da minha amada mãe, *Josefa de Oliveira Marinho (in memorian)*, principalmente, que suportou o meu stress, minhas angústias, meus gritos e compreendeu que a Universidade se consubstanciava como parte da reconstrução da minha vida;

Ao meu filho *Israel Adonay* que ao contemplar a sua face diariamente encontro forças para trilhar o meu caminho e lutar para poder oferecer o melhor futuro possível a este;

A minha esposa *Rosângela Marinho*, minha incentivadora, companheira, amiga, enfim, meu amor. As palavras de Vinícius de Moraes no Soneto da Fidelidade, expressam o meu amor por você quando menciona que “De tudo, ao meu amor serei atento/ Antes, e com tal zelo, e sempre, e tanto/ Que mesmo em face do maior encanto/ Dele se encante mais meu pensamento/ Quero vivê-lo em cada vão momento/ E em seu louvor hei de espalhar meu canto/ E rir meu riso e derramar meu pranto/ Ao seu pesar ou seu contentamento”. Te amo.

Quando uma porta da felicidade fecha-se, uma outra se abre; mas muitas vezes, nós olhamos tão demoradamente para a porta fechada que não podemos ver aquela que se abriu diante de nós. [Assim], A experiência humana não seria tão rica e gratificante se não existissem obstáculos a superar. O cume ensolarado de uma montanha não seria tão maravilhoso se não existissem vales sombrios a atravessar (HELEN KELLER)

RESUMO

Historicamente as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência foram legadas ao âmbito do espaço privado e tiveram os seus direitos sociais e civis negligenciados. Em específico, as pessoas cegas foram relegadas ao espaço do pedinte, e foram excluídas do acesso a determinados setores sociais, tais como o mercado de trabalho e da educação, sendo classificadas como inválidas e incapazes. Partindo deste pressuposto, este estudo tem por objetivo analisar a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, empreendendo uma interface com a educação, a partir das experiências e agenciamentos elaborados por pessoas cegas em Campina Grande, entre o período de 1994 e 2010. Do ponto de vista teórico, nos aportamos na História Social campo que possibilita trazer à tona as vozes de indivíduos que historicamente foram silenciados e marginalizados. Neste sentido, recorreremos aos conceitos de experiência e agenciamento em Thompson (1998), conscientização e emancipação em Freire (1987) e identidade em Hall (2002). Metodologicamente fizemos uso da História Oral em sua modalidade temática, partindo dos pressupostos de Alberti (2005) e Freitas (2006), onde empreendemos entrevistas com cinco pessoas cegas inclusas no mundo de trabalho na cidade lócus desta pesquisa. As experiências e as vivências das pessoas cegas inclusas no mundo do trabalho, construídas a partir da vinculação educação e mundo do trabalho, se constituem como um mecanismo a partir do qual estes sujeitos podem romper com a opressão, construir outra leitura do mundo e uma identidade que fuja aos pressupostos do inválido e do incapaz.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Mundo do Trabalho. Inclusão Social. Pessoa Cega.

ABSTRACT

Historically, people who had a disability were bequeathed to the scope of private space and had their social and civil rights overlooked. In particular, blind people were relegated to the place of the beggar, and were exclusive access to certain social groups, such as the labor market and education, being classified as invalid and incapable. Under this assumption, his study aims to examine the inclusion of disabled people in work, undertaking an interface with education, and agencies from the experiences made by people blind in Campina Grande, in the period between 1994 and 2010. From the theoretical point of view, we bring in the Social History field that allows to bring out the voices of individuals who historically have been silenced and marginalized. In this sense, we use the concepts of agency experience and Thompson (1998), awareness and empowerment in Freire (1987) and identity in Hall (2002). Methodologically we used the oral history of his sport theme, based on the assumptions of Alberti (2005) and Freitas(2006), where we undertook interviews with five blind people in the world of work included in this research the city locus. The experiences and the experiences of blind people included in the working world, constructed from the linking education and the workplace, are constituted as a mechanism from which these guys can break oppression, to build another reading of the world and an identity to flee to the assumptions of the invalid and incapable.

KEYWORDS: Education. World of Work. Social Inclusion. Blind Person.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

IMAGEM 1	Carteira de Trabalho contendo a expressão aposentadoria por invalides.....	48
-----------------	--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O MUNDO DO TRABALHO E A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: desafios e perspectivas	32
3	EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: uma interface na constituição da emancipação e autonomia da pessoa cega	53
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
5.	REFERÊNCIAS	80
6.	APÊNDICE	85

INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios do indivíduo em sociedade é o convívio com os seus diferentes, pois tendemos a estabelecer padrões de normalidade e anormalidade e a classificar aqueles que não se enquadram em um suposto modelo como inferiores ou um entrave ao desenvolvimento do social. Este olhar excludente e preconceituoso é atribuído a diversos grupos tidos como minorias, como a exemplo, os deficientes visuais.

O tratamento dispensado as pessoas cegas no decorrer da História oscilou entre uma atitude de silenciamento e as tentativas de apresentá-las enquanto sujeitos e agentes de sua própria vida. Um dos espaços sociais onde a exclusão das pessoas cegas é mais perceptível é no mundo do trabalho. Por décadas estas, em sua maioria foram excluídas deste espaço tornando-se pedintes pelas calçadas e esquinas da vida, e portas de igrejas ou exercendo atividades não-formais como se fossem incapazes de desenvolver uma carreira profissional.

Na atualidade, as discussões no tocante as PcD¹ circulam no âmbito do desenvolvimento de propostas e ações que objetivem a inclusão social destas nos mais diversos espaços, tais como na educação e no mercado de trabalho. Porém, os organismos federais e as legislações construídas para o mundo do trabalho não refletiram a cerca da inclusão deste segmento, delegando para este a tônica da incapacidade e da invalidez tendo em vista a sua deficiência, formulando assim, estigmas e estereótipos.

Nossa experiência de vida nos mostrou que a condição de deficiente físico não é uma limitação para o desenvolvimento de nosso potencial humano, nos mais diversos segmentos, inclusive no profissional. A ausência de um dos sentidos, no caso a visão, não justifica o uso de adjetivos como inválido ou incapaz para referendar aos cegos. Na ausência de um sentido, restam quatro a partir dos quais o indivíduo pode desenvolver potencialidades e habilidades diversas que podem ser utilizadas no contexto do mercado de trabalho.

¹ Para melhor compreensão do nosso leitor, utilizaremos no nosso texto a sigla PcD para se referir as pessoas com deficiência.

Nasci em 1968 na cidade de Lagoa de Roça e perdi a visão aos vinte anos de idade. Até este momento não sabia o que era ser uma pessoa com deficiência e não imaginava os desafios e problemas que estes enfrentam no seu cotidiano. A princípio, este fato representava uma tragédia e um pesadelo em minha vida, porém com o decorrer do tempo pude perceber que muitas eram as possibilidades e os caminhos que poderia trilhar. A cegueira não significava o fim, mas o princípio do desenvolvimento de novas vivências e acúmulo de outras experiências, inclusive no mundo do trabalho.

Após dois anos de idas e vindas a médicos e realização dos mais diversos tratamentos, tive que perceber que a cegueira era um fato em minha vida com o qual deveria aprender a lidar. Restaram duas opções: entregar-me ao desânimo, a melancolia e perder as expectativas de continuar vivendo ou perceber no horizonte das possibilidades formas de lidar e superar as atrocidades do viver. Optei pelo segundo aspecto e pude através da vinculação família, educação e trabalho desvendar espaço inimaginados.

No percurso do reaprender a viver foi necessário, de início, enxergar o mundo com outros olhos. Neste contexto, exerci várias funções tais como vendas de brinquedos e utensílios para o lar, atividades de cunho informal, e abandonei o espaço escolar. O despertar para buscar o mercado de trabalho formal se deu a partir do incentivo da minha esposa, quando retomei os estudos no Instituto dos Cegos, unidade Campina Grande. Nesta instituição percebi que as pessoas cegas que eram classificadas pela sociedade como inválidas desenvolviam as mais diversas funções o que nos mostrou que tal adjetivação era incoerente.

Diante de tal fato, passei a conciliar o desejo do reingresso no mundo do trabalho com a busca da profissionalização, pois a educação é um dos principais responsáveis pela inclusão das pessoas com deficiência. Conclui o Ensino Médio e pude vivenciar a partir da aprovação no vestibular de História, a concretização do recomeço e da volta ao mercado de trabalho.

Tendo por base esta nossa experiência, percebemos que os estereótipos e preconceitos que associam o deficiente visual ao inválido e ao incapaz não se sustentam. Embora existam limitações, a partir das nossas vivências pelas janelas da vida, e os olhares de um cego, compreendemos que é possível ver para além dos horizontes e perceber que a educação e o mundo do trabalho podem nos conduzir a outras tantas experiências e vivências humanas.

Partindo dos pressupostos anteriormente mencionados, nos propomos a discutir sobre a inclusão das pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho em Campina Grande entre os anos 1994 e 2010 apresentando a educação como um mecanismo de conscientização e de construção da autonomia e da emancipação da pessoa cega.

O nosso recorte temporal, como evidenciamos acima, compreende o espaço de tempo entre 1994 e 2010. A escolha de tal período deve-se ao fato de que foi a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca, documento que trouxe à luz a discussão sobre a inclusão das pessoas com deficiência em vários espaços do social, descortinando assim, o silenciamento histórico construído em relação a este grupo social, que as discussões sobre as PcD se intensificaram.

O ano de 2010 é o momento no qual encontramos pessoas com deficiência que puderam nos fornecer entrevistas acerca de suas experiências de vida no mundo do trabalho. Decorridos seis anos da divulgação da Declaração de Salamanca, 2010 é um momento onde os debates sobre a inclusão das Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho já se faz presente, mesmo de forma embrionária, nos diversos setores sociais, como a exemplo, nas universidades.

A escolha do nosso recorte espacial se deve a três aspectos. Primeiro, porque Campina Grande se constitui como um espaço onde as pessoas com deficiência estão presentes no mundo do trabalho, e por contar com uma unidade do Instituto dos Cegos que trabalha com a inclusão de tais sujeitos. Segundo, pelo fato de tal cidade desenvolver uma atividade comercial muito ampla e apresentar um complexo de universidade e faculdades públicas e particulares o que a nosso ver viabiliza a discussão a cerca da inclusão das PcD.

Por último, pelo fato de que no intercurso entre 1994 e 2010, muitas pessoas com deficiência visual foram incluídas em cursos de nível superior, como a exemplo, nos diversos cursos da Universidade Estadual da Paraíba. Ou seja, Campina Grande é uma cidade pólo que possui as características fundamentais para a inclusão das PcD, a saber um amplo complexo comercial que pode dispor da mão de obra deste sujeitos e um desenvolvido complexo educacional que atua na capacitação destes.

As discussões em torno da inclusão social e educativa das pessoas com deficiência foram repensadas no Brasil, a partir de meados do século XX. Anteriormente a tal período as iniciativas referentes a este segmento eram de cunho

oficial e particular, porém restritas. No período compreendido entre 1854 e 1956, a exemplo, foram sistematizadas diversas instituições, tais como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos fundado em 12 de Dezembro de 1854 que posteriormente tornou-se o Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos em 26 de Setembro de 1857. Ambos foram fundados por D. Pedro II e ofereciam oficinas de aprendizagem de ofícios. Estas instituições, como propõe Mazzotta (2001, p.28), marcam o início do atendimento educacional e profissional às pessoas com deficiência, porém tais ações possuíam um cunho assistencialista.

A partir da segunda metade do século XX e mais específico nos anos 1970 os debates no tocante as pessoas deficientes e o seu atendimento educacional foi ressignificado a partir do paradigma da inclusão e da organização do movimento social das PcD. Neste momento desenvolveram-se iniciativas de âmbito nacional oficiais, organizadas pelo governo federal, tais como a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (C.E.S.B) e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, e também particulares como as Sociedades Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

O Movimento Social das Pessoas com Deficiência, como postula Lanna Júnior (2010, p.16), objetivava a construção de uma nova perspectiva para se pensar a deficiência migrando de um modelo caritativo e assistencial para um social visando refinar paradigmas e conceitos. Os sujeitos engajados em tal ação, enquanto membros da sociedade civil visavam o reconhecimento dos seus direitos e deveres.

Refletir sobre os conceitos utilizados para se referir as pessoas com deficiência tais como inválido e incapaz, se torna necessário para a implementação de uma sociedade inclusiva, pois as palavras portam subjetividades e determinadas ideologias que inculcam valores e formulam estereótipos forjando uma identidade de inferioridade. A identidade é constituída, como propõe Hall (2002, p.21), a partir da forma como os indivíduos são representados e interpelados. No caso das PcD tais termos visam reservar a estes, um lugar de silenciamento e exclusão do espaço público. Neste sentido, podemos verificar que

Ao longo da história, o conceito de deficiência foi sendo construído na perspectiva de atender aos interesses daqueles que se apresentavam como eficientes. Isto não quer dizer que as diversas deficiências em si, tais como

visual, auditiva, física, mental e outras não tiveram existência concreta. O que constatamos é que a tratativa destas questões, durante o percurso que a humanidade realizou ao longo de seu progresso [...], não privilegiou o atendimento a essas dificuldades apresentadas pelo corpo humano (GAIO, 2004, p.142).

O atendimento educacional as pessoas com deficiência foi impulsionado, no âmbito das iniciativas do poder público em 1973, durante o governo Emílio Garrastazu Médici, a partir da constituição do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que tinha por finalidade a promoção a nível nacional da melhoria e da expansão do atendimento as pessoas com deficiência. Dentre as atribuições deste órgão destacam-se o planejamento e desenvolvimento da educação especial e o treinamento e aperfeiçoamento neste campo educativo.

A consolidação do atendimento as pessoas com necessidades educativas especiais se deu a partir da Declaração de Salamanca de 1994 que se constitui como um marco nas discussões sobre estas questões, dispondo acerca do acompanhamento educacional destes alunos, partindo do pressuposto assegurado pela Declaração de Jomtien, de acordo com o qual a educação é um direito de todos.

A Declaração de Salamanca considera como pessoas com necessidades educativas especiais todas aquelas que possuem alguma deficiência física, que são membros de populações nômades, que pertencem a minorias lingüísticas étnicas ou culturais. A educação inclusiva, nesta perspectiva, é um desafio que deve ser superado a partir da vinculação entre família, escola e sociedade. Conforme consta nos termos da referida Declaração,

O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.3).

Se no campo da educação desenvolveu-se uma preocupação com a inclusão das pessoas com deficiência, no mundo do trabalho ocorreu uma exclusão quase que por completa destes sujeitos sociais. Esta exclusão se deu em muitos casos

devido ao silenciamento das famílias e a ausência de políticas públicas que vinhessem incluí-las no mundo do trabalho.

Tendo em vista estes aspectos é que passaram a ser utilizados termos como inválidos ou incapazes para remeter a tais sujeitos. Aos deficientes visuais, que são o objeto do nosso estudo, observamos que o próprio Ministério do Trabalho a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT denominou estas pessoas de inválidas ou incapazes retirando destes o potencial de suas capacidades físicas e intelectuais e a sua potencialidade enquanto seres humanos.

A princípio, o trabalho pode ser visto como o meio através do qual o indivíduo transforma o ambiente para que este esteja adequado para as suas necessidades. Porém, mas do que isto o trabalho possui um aspecto simbólico que está relacionado ao sentimento de atividade e de produtividade que desperta nos sujeitos. De acordo com Braverman (1987, p.52) o trabalho é uma produção e intervenção humana no espaço na qual o indivíduo manipula elementos e representações simbólicas.

A medida que são excluídos do mundo do trabalho, os deficientes formulam para si uma imagem de inferiores ou de improdutivos socialmente. Este fato é refletido na forma como o Ministério do Trabalho e o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS percebem tais indivíduos, o que torna dúbia a postura do Estado frente a esta discussão na medida em que formula políticas públicas voltadas para a inclusão, mas ao mesmo tempo seus órgãos continuam adjetivando as PcD como inválidas para o trabalho. Isto fica evidente, a exemplo, quando são impressas nas carteiras de trabalho das pessoas que possuem algum tipo de deficiência, as expressões inválido para o trabalho ou inválido permanente destinando a estes um benefício por invalidez que possui um cunho caritativo e assistencialista².

Na contemporaneidade o mundo do trabalho se configurou de forma excludente aos indivíduos como um todo. Este exige que em um processo sem término, as pessoas estejam buscando a sua profissionalização a fim de atender as exigências do mercado. No tocante as pessoas com deficiência este campo se torna

² Esta imagem perdurou por muito tempo até que determinados sujeitos organizados no Movimento Social das Pessoas com Deficiência, a partir dos anos 1970, começaram a contestar esta concepção e a quebrar os grilhões dessa visão estereotipada que ainda se faz presente no mundo do social.

ainda mais excludente, devido aos preconceitos incutidos nas mentes dos empregadores, de acordo com os quais os deficientes físicos são inaptos ao exercício de atividades laborais. Em específico, no que tange aos deficientes visuais compreendemos que

Nessa perspectiva, se o trabalhador de modo geral enfrenta a exclusão determinada pelas relações estabelecidas pelo capital, a pessoa com deficiência visual enfrenta de forma mais acentuada as dificuldades para sua inserção no mercado de trabalho, haja vista que não tem as mesmas oportunidades que os outros indivíduos têm em relação à sua formação intelectual e profissional, não preenchem os padrões de “beleza” comumente aceitos e valorizados, reforçando a descrença em relação à sua capacidade (NERES; CORRÊA, 2008, p.163).

Além desta exclusão por motivos subjetivos, existe ainda aquela decorrente da ausência de adaptação do espaço e de profissionalização das pessoas deficientes. Um cego, por exemplo, pode trabalhar em um escritório desde que este ambiente seja adaptado a partir da instalação de softwares como o Jaws, o Virtual Vision ou Dosvox³ e da própria distribuição do imobiliário no espaço físico. O desenvolvimento destes mecanismos são acontecimentos históricos que evidenciam a transição de um modelo excludente para o de inclusão social, tendo como norte o paradigma da acessibilidade⁴. A este respeito enfatizamos que

Os acontecimentos históricos nos mostram que evoluímos, de um modelo de sociedade em que a vida humana não era um valor indiscriminado, para outro, em que o avanço tecnológico denuncia a presença do ser humano

³ Estes softwares foram desenvolvidos para permitir o acesso dos deficientes visuais ao mundo da informática. O Jaws foi distribuído em diversos idiomas, inclusive no Português e trabalha com a leitura de textos e permite que o usuário escolha a configuração da voz, a velocidade da leitura além de trabalhar com aplicativos tais como o Microsoft Office 2000 e 97; o Virtual Vision é um leitor de tela que permite navegar pela internet por meio de um teclado comum e a emissão de sons, permitindo o uso de ferramentas como o MSN e o Skype; o Dosvox foi criado pelo Núcleo de Computação Eletrônica – NCE da Universidade Federal do Rio de Janeiro permite a leitura de textos e o acesso a internet.

⁴ De acordo com o Decreto 5.296 de 2 de Novembro de 2004, acessibilidade é a condição para a utilização com autonomia e segurança por parte das pessoas com algum tipo de deficiência ou com mobilidade reduzida, dos mais diversos espaços públicos e privados, além de equipamento de comunicação e sistemas de transporte.

em interferir na realidade, a fim de transformá-la para facilitar a integração daqueles que apresentam maiores dificuldades (GAIO, 2004, p.160).

As primeiras iniciativas de cunho integrador das pessoas com deficiência no mundo do trabalho ocorreram no pós-revolução francesa quando foram desenvolvidos instrumentos como as cadeiras de rodas e as bengalas, além da sistematização do Método Braille por Louis Braille. Tais ações aparentemente simples, foram fundamentais na integração das PcD nas práticas sociais.

Os estudos referentes à inclusão das pessoas com deficiência tiveram início com o precursor Michael Oliver, sociólogo, deficiente físico que sistematizou uma organização política, a Liga dos Lesionados Físicos contra a Segregação (Upias), que objetivava organizar uma reação ao modelo médico que atribuía o deficiente ao inválido formulando um estigma de anormalidade para este.

A garantia do acesso destes sujeitos sociais ao mundo do trabalho foi assegurada pela Constituição de 1988 de acordo com a qual é dever do Estado dispensar atendimento especializado as pessoas com deficiência reservando para estas, vagas no campo profissional, tanto na esfera privada como na pública e proíbe práticas discriminatórias neste espaço.

Outro avanço no caminho da inserção deste segmento no mundo do mercado de trabalho é a Lei n. 8.112/90⁵ que assegura 20% das vagas em cargos e empregos públicos para as PcD e a Lei 8.213/91⁶ que postula que a empresa com mais de cem funcionários deve preencher entre 2 e 5% dos cargos com estes indivíduos.

Em Campina Grande, cidade situada na Paraíba, muitos são os desafios que as pessoas com deficiência encontram para a sua inserção neste espaço. No que se refere aos deficientes visuais, objeto do nosso estudo, muitos são os obstáculos sejam de cunho humano ou arquitetônico que dificultam a inclusão destes indivíduos no mundo do trabalho.

Para que as pessoas com deficiência possam ingressar no mundo do trabalho, elas necessitam assim como os não-deficientes, de profissionalização. Em Campina Grande esta assistência é prestada a partir do Instituto dos Cegos que

⁵ Lei disponível no site www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm. Acesso: 25/9/2011 as 13:45 hrs.

⁶ Lei disponível no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 25//2011 as 13:48 hrs.

oferece cursos na área de informática adaptada, além de assistência social e acompanhamento escolar.

Embora exista uma legislação incipiente que garante o acesso das Pessoas com Deficiência ao mercado de trabalho, se faz necessário que as PcD busquem a sua profissionalização. Neste sentido, a inclusão social destes sujeitos se fará a partir da vinculação entre a educação e o mundo do trabalho. A educação se constitui como um instrumento de construção da emancipação e autonomia destes indivíduos e desconstrução dos estereótipos de inválido e incapaz.

Na atualidade ao mesmo tempo em que ainda existem sujeitos sociais excluídos da sua participação no campo do trabalho e da educação devido a sua deficiência física, existe um grupo que reverte esta situação e suas vivências e lutas de agenciamento, além das suas experiências cotidianas fazem com que esses sujeitos sejam incluídos no mundo do trabalho.

Partindo deste pressuposto, este estudo tem por objetivo analisar a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, empreendendo uma interface com a educação, a partir das experiências e agenciamentos elaborados por pessoas cegas em Campina Grande, entre o período de 1994 e 2010.

Deste modo, como pontos norteadores de nossa discussão escolhemos os seguintes eixos investigativos: De que maneira a pessoa com deficiência é vista entre o mundo do trabalho e da educação na cidade de Campina Grande? Como as experiências no mundo do trabalho e no contexto educacional propiciam a inserção da pessoa deficiente visual no espaço público, desconstruindo assim o estereótipo da invalidez? Como a identidade da pessoa cega é construída a partir das suas experiências e vivências no mundo da educação e do trabalho?

Do ponto de vista teórico nosso trabalho está situado no contexto da História Social. Este campo historiográfico nos forneceu suporte conceitual e metodológico para que pudéssemos compreender como as experiências e vivências das pessoas cegas se constituem enquanto um mecanismo de desconstrução do estereótipo do inválido e do incapaz.

Os estudos atinentes à História Social têm início no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, entre os anos 1950 e 1970, a partir da reunião de diversos historiadores tais como E. P. Thompson, Maurice Dobb e Eric Hobsbawn e também Stuart Hall que romperam com o Marxismo Ortodoxo. Tal grupo passou a considerar

em suas análises históricas aspectos como a cultura e não apenas o econômico como fator determinante das relações, fazendo assim uma revisão da concepção teórica marxista.

Neste sentido, tais estudiosos passaram a pesquisar aspectos como as práticas cotidianas, os costumes de uma comunidade, quer fossem trabalhadores rurais ou operários urbanos. A respeito do desenvolvimento da História Social enquanto um campo específico, compreendemos que

Foi nas décadas de 1950 e 1960, entretanto, que uma história social, enquanto especialidade, tendeu a se constituir no interior desta nova postura historiográfica, que começava a se tornar hegemônica. Foram décadas marcadas, grosso modo, pelo apogeu dos estruturalismos (da antropologia estrutural a certas abordagens marxistas), pela euforia do uso de quantificações nas ciências sociais, pelos primeiros avanços da informática e pela explosão de tensões sociais que dificilmente a comunidade de historiadores podia continuar a ignorar (CASTRO, 1997, p.78).

A História Social, partindo dos pressupostos de uma Nova História que visa romper com os modelos interpretativos e metodológicos de uma História Tradicional, rankiana, provocou um alargamento das fontes e das metodologias disponíveis ao historiador. Os historiadores sociais passaram então a trabalhar com documentos, tais como jornais, cartas, inventários dentre outras. A respeito do alargamento do campo de estudo dos historiadores percebemos que

Por outro lado, a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. “Tudo tem uma história” como escreveu certa ocasião o cientista J. B. S. Haldane; ou seja, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado. [...] Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como, por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos do corpo, [...], a leitura, [...], e até mesmo o silêncio (BURKE, 1992, p.11).

No campo da História Social, um dos historiadores que mais alargou a área de pesquisa foi E. P. Thompson. Ao recorrer a outros temas e metodologias, o intelectual a que nos reportamos, pôde empreender uma análise do cotidiano, a

exemplo, dos operários ingleses no contexto da consolidação do Capitalismo. Neste sentido, em suas pesquisas

Tanto seu objeto quanto suas fontes foram abordados de forma pouco convencionais. O estudo abrangia um vasto campo que compreendia política popular, tradições religiosas, rituais, conspirações, baladas, pregações milenaristas, ameaças anônimas, cartas, hinos metodistas, festivais, danças, lutas de subscrições, bandeiras e outras formas de expressão popular, regra geral, desconsideradas pelos historiadores. Thompson estava particularmente interessado em observar por meio desse tipo de documentos a gestação de uma cultura popular em oposição à cultura das elites e as possíveis relações desse processo com a percepção de classe social (MÜLLER; MUNHOZ, 2010, p.35).

No Brasil, a História Social se fez presente no contexto da História e das Ciências Políticas. Na História, em específico, existem grupos que empreendem estudos partindo desta concepção teórica na Unicamp onde são desenvolvidas pesquisas sobre História Social do Trabalho e História Social da Cultura.

Os historiadores sociais do trabalho desenvolvem seus projetos no sentido de observar o cotidiano dos operários urbanos, trabalhadores rurais e das fábricas. Estes buscam perceber como estes indivíduos constroem suas experiências e vivências dentro e fora do seu espaço de trabalho. Castro (1997, p.91) mostra que no Brasil a História Social esteve presente mais intensamente a partir da década de 1970 e que os estudos realizados a partir de tal teoria remetiam a temas como a família, o trabalho, o Brasil Colonial e a escravização.

A História Social tem entre os seus principais objetivos dar visibilidade a determinados setores sociais excluídos historicamente por uma historiografia tradicional de cunho rankiana, inaugurando assim a escrita de uma História vista de baixo que contempla os indivíduos anônimos em suas ações e práticas cotidianas, antes não perscrutados na pesquisa histórica.

Tal concepção historiográfica rompe assim, com a percepção da História enquanto o estudo dos grandes homens e dos seus feitos, tomando como base os documentos escritos, tidos como portadores de uma verdade. A respeito do objeto de estudo do campo historiográfico que apresentamos e o seu desenvolvimento, observamos que

Num contexto intelectual paralelo, profundamente influenciado pelo interesse no estudo da cultura popular e operária, houve o desenvolvimento dos trabalhos de Edward P. Thompson e dos historiadores marxistas ingleses com a reformulação de conceitos clássicos como o de classe social a partir da valorização de noções como a de experiência, enfatizando estudos sobre costumes, alavancando o desenvolvimento da História Social (SANTOS, 2005, p.3).

A História Social ao estudar o cotidiano dos denominados vindos de baixo propõe que os sujeitos pertencentes a este grupo possuem uma produção histórica, uma história de vida que deve ser evidenciada e contemplada pelos estudos históricos. Assim sendo, este campo historiográfico visa estudar estes indivíduos no sentido de perceber as suas experiências individuais e em comum, partilhadas dentro de uma determinada comunidade.

Partindo dos aspectos mencionados acima, percebemos que a História Social nos fornece o aporte teórico necessário para que possamos analisar as práticas cotidianas dos trabalhadores deficientes visuais em Campina Grande, tentando perceber como as suas ações se constituem como um mecanismo de agenciamento e como as suas vivências e experiências podem ser um instrumento de desconstrução do estereótipo do inválido e do incapaz.

No campo da História Social, na vertente inglesa, nos aportamos nos pressupostos de Thompson (1998) onde trabalhamos os conceitos de experiência e agenciamento. Este historiador inglês nascido em 1924 ingressou no Partido Comunista aos 17 anos e junto com historiadores de sua época como Christopher Hill, John Saville, Raymond William, Maurice Dobb e Eric Hobsbawn participava de um grupo denominado de Marxistas Humanistas.

Professor de escolas noturnas, E. P. Thompson teve sua produção voltada para as discussões dos movimentos operários na Inglaterra, buscando construir uma interpretação que não se restringisse apenas a esfera do econômico e que tomasse os indivíduos enquanto sujeitos de sua ação.

Os fundamentos do pensamento thompsoniano podem ser percebidos na revista *New Reasoner* e mais claramente na *New Left* revista que foi resultado da junção da revista citada anteriormente e da *Universities and Left Review*. A respeito do pensamento de E. P. Thompson, vemos que este

[...], indicou a dicotomia base-superestrutura levava a um modelo estático e determinista, que operaria de forma autônoma, independentemente da ação humana consciente, levando o marxismo ortodoxo a afastar-se de homens e mulheres reais. Nesse texto, já se encontram os fundamentos da produção thompsoniana futura, que, ao rejeitar o aprisionamento ao determinismo econômico, buscava a construção de um modelo analítico que resgatasse a ação humana e a complexidade das relações sócio-culturais no estudo da história (MÜLLER; MUNHOZ, 2010, p. 33-34).

Nesta perspectiva o historiador que nos aportamos para construir nosso trabalho, objetivava mostrar que os acontecimentos históricos podem ser melhor compreendidos quando nos debruçamos não apenas sobre as questões de cunho econômico, mas também a aspectos da cultura. Em tal sentido, E. P. Thompson, assim como evidencia Pesavento (2003, p.12) afastou-se de um Marxismo Ortodoxo, e se voltou para outras questões temas e referenciais.

Em Thompson (1998), nos apropriamos dos conceitos de experiência e de agenciamento. O referido autor observando a Inglaterra do século XVIII, em um contexto de implantação do Capitalismo verificou que tal sistema econômico estava impondo um novo ritmo de vida à população pertencente a uma camada denominada popular. A transmissão oral, dentre outros costumes estavam ameaçados diante da nova rotina de trabalho e da cultura da elite. Neste aspecto vemos que

É clara nos historiadores que se ocupam dos séculos XVI e XVII a tendência de ver o século XVIII como uma época em que esses costumes se encontravam em declínio, juntamente com a magia, a feitiçaria e superstições semelhantes. O povo estava sujeito a pressões para “reformatar” sua cultura segundo normas vindas de cima, a alfabetização suplantava a transmissão oral, e o esclarecimento escorria dos estratos superiores aos inferiores – pelo menos era o que supunha (THOMPSON, 1998, p.13).

Partindo de um estudo da cultura, o historiador acima mencionado tece uma análise para este contexto considerando que as camadas populares não aceitaram passivamente a imposição de outra cultura. Como mecanismo de agenciamento, estes buscavam reforçar os seus costumes e tradições para resistir frente às imposições da sociedade capitalista. Assim, como aborda Thompson (1998, p.15), os costumes passaram a ter uma função racional e foram endossados de forma a aguçar a pressão social e os protestos populares.

Deste modo, assim como os trabalhadores ingleses do século XVIII desenvolveram formas de agenciamento para resistir à imposição de um novo ritmo

de vida e costumes, as pessoas deficientes visuais que estão inseridas no mundo do trabalho em Campina Grande têm que agenciar cotidianamente em suas lutas para ingressar e permanecer em tal espaço.

No caso dos trabalhadores ingleses o mecanismo adotado foi o endossamento dos costumes. No tocante as pessoas cegas verificamos que as experiências destes sujeitos se constituíram em instrumentos de agenciamento. Fazendo correlação destes aspectos, com as propostas de Thompson (1998), percebemos que este ao se reportar aos agenciamentos dos trabalhadores ingleses, propõe que

Em outro sentido, os problemas são diferentes, e possivelmente mais agudos, porque o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflito, um conflito consciente e ativo, como que numa resistência aos novos padrões de consumo (“necessidades”), às inovações técnicas ou à racionalização do trabalho que ameaçavam desintegrar os costumes e, algumas vezes, também a organização familiar dos papéis produtivos. Por isso, podemos entender boa parte da história social do século XVIII como uma série de confrontos entre uma economia de mercado inovadora e a economia moral da plebe, baseada no costume (THOMPSON, 1998, p.21).

Percebemos a experiência como uma construção de uma nova forma de ver e intervir no mundo, elaborada em momentos que os indivíduos passam por crises e se deparam com problemas, novas situações, acumulando assim, vivências que os permitirá desenvolver uma nova interpretação consciente e problematizadora do contexto que os cerca. Assim, como postula Moraes e Müller (2003, p.339), as experiências emergem tendo como base as diferenças culturais, religiosas, econômicas, políticas e sociais a partir do qual os sujeitos constituem uma interpretação do mundo.

Thompson (1987, p.10) apresenta a experiência enquanto o resultado de vivências partilhadas ou individuais onde os indivíduos constroem identidades para si e para os outros e desenvolvem um processo de conscientização. As experiências são construídas dentro de um contexto e podem ser encarnadas em tradições ou ideias.

No nosso trabalho recorreremos ao conceito de experiência para compreender como de um momento de crise, à perda da visão, os nossos entrevistados puderam extrair vivências e aprendizados que possibilitaram a sua

inclusão no mundo do trabalho. O relato das experiências dos sujeitos de nossa pesquisa nos permitiram desconstruir o estereótipo do inválido e do incapaz.

Nos aportamos também nos conceitos de conscientização e emancipação propostos por Paulo Freire (1987). Este educador, nasceu em 1921 no Recife e desenvolveu trabalhos relativos à alfabetização de jovens e adultos onde estes não tivessem contato apenas com signos linguísticos, com as regras gramaticais, mas que desenvolvessem um processo de construção de autonomia se constituindo enquanto sujeitos de sua vida.

A partir dos dois conceitos deste autor utilizamos neste trabalho, objetivamos perceber como as pessoas deficientes visuais no mundo do trabalho e na educação se tornaram emancipadas e conseguiram sua autonomia, descortinando visões que as apresentavam como inválidas ou incapazes.

Paulo Freire inicia o seu trabalho em um contexto marcado pela transição entre uma sociedade oligárquica, autoritária, que excluía e marginalizava determinados segmentos tais como os operários e trabalhadores rurais e uma época de implantação de uma Nova República onde se primava pela constituição de uma democracia. Neste sentido, o seu método e seus escritos visam despertar as camadas populares para a necessidade de se assumirem enquanto agentes de sua história, através da educação. Assim, vemos que

E, por outro lado, esta emersão do povo ocorria numa sociedade que ainda não se despojara da atmosfera cultural e da ordem social fundadas no autoritarismo, na relação de verticalidade, no assistencialismo..., isto é, no âmbito de uma sociedade historicamente desfavorável ao despertar de homens habilitados à participação responsável e conscientemente crítica na ordenação da vida coletiva. No espontaneísmo das mudanças sociais, o risco da preservação das consciências era muito grande e, por isso mesmo, este povo, que então reagia contra a submissão e a passividade do passado e tendia a participar, agora mais ativamente, na vida política do país, *de alguma forma precisava ser encaminhado* para posições de responsabilidade, de reflexão crítica e de plena humanização (BEISIEGEL, 1992, p.67).

As camadas sociais e marginalizadas historicamente, em uma concepção freiriana, romperiam com os grilhões da opressão a partir do momento que desencadeassem um processo de conscientização. A conscientização remete ao despertar do indivíduo para um diálogo com si, com o outro e com o mundo que o cerca, percebendo como ocorrem às relações sociais, se constituindo assim

enquanto cidadãos, membros da sociedade civil. A conscientização remete como evidencia Freire (1967, p.39), a assunção do indivíduo enquanto agente de sua vida, percebendo-se como estando inserindo em um mundo com o qual estabelece uma pluralidade de relações.

A partir do momento em que a pessoa cega toma consciência de sua situação e começa a desenvolver mecanismos de agenciamentos que visem a sua inserção social, este se constitui como um sujeito autônomo, como um cidadão. A emancipação remete assim como postula Freire (1987, p.18), ao desenvolvimento do indivíduo onde este se torna capaz de resolver independentemente seus problemas cotidianos e tomar decisões de forma consciente.

Para discutirmos como os estereótipos do inválido e do incapaz constroem para as pessoas com deficiência visual uma identidade, nos aportamos em Hall (2002). Este estudioso cultural integrou junto com Thompson o grupo da *New Left Review* e desenvolveu estudos principalmente no tocante a identidades, preconceitos raciais e mídia.

Nossas identidades são formadas a partir da forma como somos interpelados socialmente e da forma como nos representamos. Neste sentido, a identidade não é um dado natural, ou essencialista, mas o resultado de uma construção social, cultural e histórica. Assim sendo,

É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2002, p.13).

Os órgãos oficiais a imprimirem nas carteiras de trabalho das pessoas com deficiência adjetivos como inválido ou incapaz, fornecem elementos que socialmente constituem uma identidade de inferioridade e de marginalização para tais sujeitos. A medida que tratamos uma pessoa cega enquanto o coitadinho e o pedinte este pode introjectar um lugar do improdutivo social e ficar recluso ao espaço do privado.

As experiências de tais sujeitos no contexto do mundo do trabalho e no espaço da educação se constituem como um mecanismo de desconstrução da identidade do incapaz e de produção da identidade do autônomo e do indivíduo que possui uma vida social e cultural. Tal desconstrução é possível porque “a identidade

é realmente algo formado, ao longo do tempo, [...], e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (HALL, 2003, p.38).

Nossa pesquisa surgiu de uma inquietação formulada a partir do nosso ingresso no Instituto dos Cegos, unidade Campina Grande, onde como já mencionamos anteriormente, pudemos perceber que existia um distanciamento entre os termos utilizados para fazer referência aos cegos e as suas práticas e experiências cotidianas.

Na referida instituição encontramos pessoas cegas profissionais das mais diversas áreas tais como educação, secretariado e direito o que nos fez perceber que a cegueira não se constituía como um elemento que impossibilita o ingresso destes sujeitos no mundo do trabalho e do educar.

Para tanto se faz necessário a profissionalização destes indivíduos o que justifica a nossa opção em realizar uma interface entre educação e mundo do trabalho, pois como afirmam Corrêa e Neres (2008, p.10) a inclusão da pessoa com deficiência enquanto força de trabalho perpassa a discussão a respeito da compreensão da educação como um instrumento de inserção e de autonomia.

Na atualidade um dos temas mais discutidos pelos historiadores é a questão da diversidade. Porém, na perspectiva da inclusão das pessoas com deficiência e, em específico, dos cegos, no âmbito da academia poucos são os trabalhos que refletem sobre tal temática. Lanna Júnior (2010, p.14) evidencia que tal tema tem sido abordado pelos psicólogos, pelos profissionais da educação, pelos estudiosos do campo da saúde, mas no tocante aos historiadores, as pessoas com algum tipo de deficiência têm sido deixadas à margem dos estudos históricos.

O referido estudo é inovador no curso de História, na linha de pesquisa Ensino de História, pois nenhum trabalho anterior se reportou a inclusão das pessoas cegas a partir de uma interface entre educação e mundo do trabalho. Neste sentido, o trabalho que ora apresentamos é inovador e pertinente porque traz uma discussão contemporânea, mas que há décadas se faz presente no contexto social, e permite romper com o lugar de silenciamento e marginalização que foi atribuído aos indivíduos cegos.

Esta pesquisa possibilita descortinar o ideário de acordo com o qual a pessoa cega é considerada inábil, portanto, incapacitada para desenvolver atividades no âmbito do mundo do trabalho, sendo interpelada como aquela que pede esmola nas ruas ou que é extremamente dependente de outrem.

Deste modo, escolhemos a linha de pesquisa Ensino de História porque ela encampa discussões referentes à Educação. Como já mencionamos anteriormente, tencionamos articular o debate entre educação e mundo do trabalho na emancipação da pessoa cega.

Discutir a respeito da inclusão das pessoas cegas no mundo do trabalho significa abordar um tema de forte importância social já que de acordo com a Fundação Dorina Nowill, tendo como base os dados do IBGE de 2010⁷, no Brasil 14,5% da população, o que corresponde a 24,6 milhões de pessoas, possui alguma deficiência, sendo que deste total 16,5% são deficientes visuais. Esta parcela é constituída por cidadãos que como tal possuem direitos e deveres e devem ser incluídos no contexto escolar e no mundo do trabalho.

Do ponto de vista metodológico, trabalhamos com a História Oral Temática como método de análise com o intuito de ressignificar a história das pessoas cegas para a partir de suas experiências, vivências e narrativas construirmos o nosso trabalho, percebendo como em seus atos de fala estes se posicionam sobre a pessoa cega no mundo do trabalho e na educação. Neste sentido percebemos a História Oral como

[...], uma reflexão de natureza historiográfica na história contemporânea. É um recurso usado em estudos referentes à vida de pessoas, grupos ou comunidades. Um conjunto de procedimentos que têm como ponto de partida um projeto, e que têm como definição pessoas a serem entrevistadas. Tais entrevistas são gravadas, transcritas, conferidas e com autorização para serem usadas. É uma história que propicia diferentes diálogos, bem como possibilita compreender a constituição de classes sociais e a tradição de gerações, contada a partir de uma multiplicidade de pontos de vistas e vivências (SANTOS; ARAÚJO, 2007, p. 192).

Enquanto um método, a História Oral possibilitou um alargamento das fontes disponível ao pesquisador. No campo da História, tal metodologia foi alvo de crítica de alguns historiadores de vinculação tradicional que possuem um apego ao documento escrito enquanto portador de uma verdade absoluta e incontestável. Assim, por décadas estes consideraram a História Oral como “uma fonte

⁷ Dados disponíveis no site da Fundação Dorina Nowill. Site: <http://www.fundacaodorina.org.br>.

inadequada, só devendo ser utilizada como último recurso e, assim mesmo com extrema cautela” (FREITAS, 2006, p.40).

Na atualidade este método adquiriu um estatuto de cientificidade e os pesquisadores das mais diversas áreas, e em específico, os historiadores têm, como evidencia Alberti (2005, p.165), descoberto os vários usos e possibilidades desta metodologia na realização de pesquisas que objetivam perceber como grupos e indivíduos construíram suas experiências de vida.

Os relatos orais têm produzido uma documentação diferenciada e alternativa para a escrita da História. No Brasil grande parte dos trabalhos realizados no âmbito acadêmico toma como aporte metodológico a História Oral o que nos coloca a nível internacional, como uma referência no uso de tal método.

Trabalhar com a História Oral permite romper o silenciamento histórico construído a respeito de determinados grupos sociais, na medida em que dar voz a indivíduos antes marginalizados possibilitando que estes apresentem suas experiências, e a escrita de uma História que fuja a exaltação de determinados grupos dominantes. Assim, “Na busca de características de uma coletividade, a realização de depoimentos pessoais permite-nos captar, a partir das reminiscências, o que as pessoas vivenciaram e experimentaram” (FREITAS, 2006, p.48-49).

Como qualquer outra fonte, a História Oral é passível de questionamentos e enquanto discurso formulado a partir de um determinado contexto social, é objeto de leituras. Ao lançar o seu olhar sobre os depoimentos orais, o pesquisador deve tentar elucidar os silenciamentos e intencionalidades presentes neste material.

Considerando estes aspectos, Santos e Araújo (2007, p.194) evidenciam que a História Oral é uma metodologia rica e complexa que pode ser utilizada para tentar suprimir as lacunas dos documentos tidos como oficiais ou como um instrumento para perceber a forma como os sujeitos se representam e são representados socialmente.

Trabalhamos com a História Oral na modalidade temática com a técnica da entrevista semi-estruturada onde elaboramos um roteiro que norteou o relato. A História Oral temática como postula Freitas (2006, p.21) consiste na realização de entrevistas com um determinado grupo de indivíduos a respeito de um assunto, o que permite a comparação dos depoimentos colhidos. A nossa entrevista versou a cerca das experiências e vivências de pessoas cegas que estão inseridas no mercado de trabalho em Campina Grande.

Os sujeitos de nossa pesquisa são cinco pessoas cegas que desenvolvem atividades no Instituto dos Cegos. Destes, três são mulheres na faixa etária entre 34 e 51 anos, sendo uma professora Mestre em Pedagogia e com cegueira congênita, uma Bibliotecária formada em Biblioteconomia e especialista em Bibliotecas Acessíveis e Psicopedagogia cuja a sua cegueira foi adquirida aos vinte anos e uma Secretária Técnica em Secretariado que possui baixa visão; e dois homens com faixa etária entre 37 e 47 anos sendo um professor de História formado em História e Direito, com cegueira congênita e outro professor de Português com o ensino superior incompleto que ficou cego aos oito anos de idade.

A partir dos relatos dos sujeitos de nossa pesquisa tentamos perceber de que forma as vivências e experiências destes indivíduos em suas lutas de agenciamento cotidianas se constituem como um mecanismo de desconstrução do estereótipo do inválido e do incapaz formulado em relação às pessoas cegas, e que nega o acesso destes ao mercado de trabalho e ao mundo do educar.

Neste sentido, além da História Oral trabalhamos com outras fontes, a exemplo documentos fontes documentais, tais como a Declaração de Salamanca, a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência publicada pela ONU e a carteira de trabalho de uma pessoa cega onde consta o termo inválido permanente, documentos oficiais que nos permitiram perceber como a questão da exclusão e a inclusão das pessoas com deficiência é tratada no mundo do trabalho e no contexto da educação.

Recorremos também, as fontes imagéticas, consideradas aqui não como meras ilustrações, mas como documentos que devem ser questionados e criticados e que portam uma determinada ideologia. Neste sentido, as iconografias, como propõe Burke (2004, p.43), são evidências que tem por objetivo comunicar algo e que portam subjetividades.

Nossa pesquisa foi construída a partir de quatro etapas, a saber: em um primeiro momento fizemos um levantamento das fontes disponíveis a respeito da temática em estudo e dos trabalhos de conclusão de curso de História na Universidade Estadual da Paraíba na tentativa de confirmar o pioneirismo do nosso trabalho; em seguida, realizamos um levantamento das pessoas cegas que provavelmente seriam sujeitos de nossa pesquisa. Entramos em contato com estes, explicamos nossos objetivos e apresentamos a importância pessoal e acadêmica deste estudo.

Em um terceiro momento, realizamos as entrevistas, transcrevemos e fizemos a análise destas. Todos os entrevistados assinaram o termo de compromisso. Por último, partindo da análise das entrevistas e das iconografias e do estudo biográfico construímos o nosso texto.

Nosso trabalho está organizado em uma Introdução e dois capítulos. No segundo capítulo intitulado *O Mundo do Trabalho e a Inclusão das Pessoas com Deficiência: desafios e perspectivas*, temos como objetivo situar a temática do mundo do trabalho no campo da História Social Inglesa apresentando as dificuldades da inserção das pessoas com deficiência, e em específico, das pessoas cegas neste espaço e como historicamente e culturalmente foi construído para estes sujeitos o estereótipo do inválido e do incapaz.

No terceiro e último capítulo, *Educação e Mercado de Trabalho: uma interface na constituição e da pessoa cega*, objetivamos discutir a respeito da inclusão das pessoas cegas no mundo de trabalho em Campina Grande entre os anos 1994 e 2010, apresentando as experiências de vida dos sujeitos da pesquisa como um mecanismo de resistência e de desconstrução da idéia do inválido, fazendo uma interface com a educação apresentando-a como um espaço fundamental para a constituição das pessoas cegas enquanto indivíduos autônomos e independentes.

2. O MUNDO DO TRABALHO E A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

[...], o mercado de trabalho e a escola faz com que nós sejamos de fato pessoas reconhecidas, com que a gente tenha uma vida produtiva, diferente de tantas pessoas sejam pessoas com deficiência ou não, quando não se estuda, quando não se trabalha, essas pessoas se tornam pessoas improdutivas, e a escola e o trabalho nos tornou pessoas produtivas (ADENISE QUEIRÓZ DE FARIAS, 2010).

O texto que utilizamos acima como epígrafe, pronunciado por Adenise Queiróz de Farias (2010), pessoa cega, nos permite refletir sobre a situação atual do mercado de trabalho, bem como os desafios que a inclusão das pessoas com deficiência neste espaço representa. Instrumento de constituição de sujeitos e de autonomia da PcD o acesso destes indivíduos a este espaço tem sido uma das discussões mais presentes no tocante a inclusão social.

A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, para além de uma ação econômica ou política remete a constituição de subjetividades e identidades destes sujeitos, possibilitando o encadeamento de uma ruptura com o pressuposto do inválido e do incapaz. Braverman (1987, p.52) influenciado por Marx e Engels postula que o trabalho representa mais que a transformação pelo ser humano da natureza. Este possui uma dimensão simbólica a partir do qual homens e mulheres se afirmam enquanto sujeitos.

Na contemporaneidade o mundo do trabalho tem se configurado de forma excludente e tem sido marcado cada vez mais pela competição. Lendo os jornais, assistindo os telejornais, podemos acompanhar o quanto o acesso e a permanência neste espaço nos dias atuais tem se configurado como um desafio a ser vencido, tendo em vista que o mercado de trabalho ainda é excludente e seletivo, portanto, nem todas as pessoas têm acesso a este espaço.

Somos levados quase que compulsoriamente a não nos conformamos com a formação acadêmica/profissional que possuímos e a buscar cotidianamente formas de aperfeiçoamento. Se ingressar no mercado de trabalho se constitui como uma atitude complexa, permanecer o é mais ainda, na medida em que não nos permite

constituir um espírito de conformismo, ou seja, nos convida a viver em uma corrida sem fim na busca de especializar-se e profissionalizar-se.

De acordo com Pochmann (2004, p.14), estamos passando desde os anos 1970 por uma transformação na forma como se percebe o trabalho. Tal autor defende que na atualidade somos profissionais em constante mutação e que nos adequamos às exigências do mercado. De acordo com esta linha de raciocínio, ao optarmos, a exemplo, a exercer a profissão docente, na atualidade, nós não *somos* professores, mas *estamos* professores.

O uso do verbo *estamos* remete a liquidez da sociedade atual e que pode ser que posteriormente exerçamos outra profissão que não a docente, uma vez que o acesso ao mercado de trabalho ainda é volátil, no sentido de que muitos homens e mulheres que concluem suas formações, nem sempre são inclusos nele e muitas vezes têm que se adequar em outras esferas trabalhistas para sua manutenção e de seus familiares. Assim,

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador "*polivalente e multifuncional*" da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural (ANTUNES, sd, p.8).

Neste sentido, percebemos que o mundo do trabalho vem passando por uma transformação que exige cada vez mais profissionalização e preparação dos sujeitos que pleiteiam uma vaga em tal espaço, haja vista que este continua segregador. Cabe destacar que o mercado de trabalho esta sistematizado de forma tão paradoxal e excludente que a profissionalização do sujeito facilita o seu ingresso em tal ambiente, porém, não se constitui como uma garantia de acesso e nem de permanência.

Diante deste quadro excludente, verificamos que se o acesso ao mundo do trabalho se configura como um desafio para as pessoas sem deficiência física, aos que possuem algum tipo de deficiência tal aspecto é ainda mais complexo. Historicamente, as PcD foram exclusas das mais diversas esferas do social como do mundo do educar, do trabalho e em certos casos da família.

Neste sentido, tomando como ponto de partida as pessoas com deficiência visual as quais nos reportamos neste estudo, e concordando com Neres e Corrêa (2008, p.163) compreendemos que tais sujeitos enfrentam esta exclusão de forma mais acentuada. Excluídos do mercado de trabalho estes são legados ao espaço do trabalho informal, exercendo atividades como vendas de bombons e de cartões telefônicos pelas ruas da cidade.

Em outros casos, estes indivíduos ocupam o espaço dos pedintes pelas calçadas das esquinas e igrejas. Tais lugares foram atribuídos no decorrer da História as pessoas com deficiência e apenas recentemente as discussões tem enfatizado a necessidade de romper com este quadro, partindo do paradigma da inclusão.

Nesta perspectiva é que foi pensada toda uma legislação que visa assegurar que o acesso a ambientes como o mundo do trabalho e a educação, a partir da qual as PcD podem buscar a profissionalização, sejam asseguradas. Tal legislação resulta da luta empreendida pelas pessoas com deficiência realizada principalmente a partir do contexto da reabertura política. Assim,

Os novos movimentos sociais, dentre os quais o movimento político das pessoas com deficiência, saíram do anonimato e, na esteira da abertura política, uniram esforços, formaram novas organizações, articularam-se nacionalmente, criaram estratégias de luta para reivindicar igualdade de oportunidades e garantias de direitos (LANNA JÚNIOR, 2010, p.36-37).

A inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho é assegurada, dentre outras legislações, pela Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 37 inciso VIII postula que as instituições públicas e particulares devem reservar um percentual de suas vagas para a contratação destes sujeitos. Porém, na prática em muitas situações, as pessoas com deficiência ainda continuam restritas ao espaço do privado e o mercado de trabalho não realizou as adaptações necessárias para acolher tal categoria.

Isto nos faz perceber, assim como evidencia nosso depoente que “As leis dizem, nos dão muitos direitos, porém, pouco daquilo que as leis rezam são cumpridos, ou é, cumprido” (SEBASTIÃO MESSIAS DE OLIVEIRA, 2010). A fala nos revela que a existência de leis que remetam a inclusão das PcD, não assegura que na prática tal ação será empreendida, apresentando assim, que entre o discurso do

Estado e sua implementação existe uma disparidade. A inclusão da pessoa cega no mundo do trabalho ocorrerá a partir, principalmente, da desconstrução dos estereótipos que legaram a estes o lugar do inválido.

Além da Constituição Federal de 1988, a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho é assegurada por outras leis tais como a n. 8.112/90 e a 8.213/91 a respeito das quais já discutimos na introdução deste estudo. A Convenção das Pessoas com Deficiência publicada em 2007, que teve sua construção discutida durante quatro anos, por 192 países membros da ONU e representantes da sociedade civil dos mais diversos países, dispõe em seu artigo 37 que

Os Estados partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de trabalhar, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Este direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceito no mercado laboral em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. Os Estados Partes deverão salvaguardar e promover a realização do direito ao trabalho, inclusive daqueles que tiverem adquirido uma deficiência no emprego, adotando medidas apropriadas, incluídas na legislação (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2007).

Tais medidas inclusivas, em determinados casos desembocam em ações assistencialistas ou em práticas realizadas pelas empresas com o intuito apenas de receber títulos como *empresa cidadã* ou em outros casos para evitar a cobrança de multas. Neste aspecto compreendemos que

São legislações importantes que às vezes desembocaram em ações concretas, seja por parte da sociedade civil, como pelo Estado, como por exemplo, incluir as pessoas deficientes em uma função no mercado de trabalho que beira a mera repetição de atos mecânicos, como é o caso de empacotadores de supermercado; ou ainda incluir em escolas públicas de qualidade duvidosa sem o acompanhamento necessário, e ainda utilizar o discurso da necessidade de socialização de pessoas com deficiência, como se essa escola pública estivesse preparada para realizar tal socialização. Ledo engano! O professor finge que inclui e a pessoa deficiente acredita que é incluída! E tudo fica o dito pelo não dito (PEREIRA, 2008, p.197).

Ao apresentar a fala de Pereira (2008) que é consonante com os aspectos que vínhamos destacando, não queremos tecer uma interpretação negativada da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, nem desprezar a

importância da legislação vigente. Analisando o percurso histórico a respeito das diversas formas de atendimento as PcD como evidenciamos na introdução deste estudo, vemos que avanços significativos foram empreendidos e que estamos mudando de um paradigma excludente/segregador para o de inclusão social fugindo de medidas assistencialistas.

Gostaríamos apenas de ressaltar que muitas vezes as empresas públicas e privadas desenvolvem mecanismos que visam camuflar a inclusão de tais sujeitos no mundo do trabalho. A presença das pessoas com deficiência no mercado de trabalho deve distar de medidas paternalistas, assistencialistas e que associem estes indivíduos ao coitadinho ou ao miserável.

França e Pagliuca (2008, p.28) apontam que em muitos casos medidas que pretendem ser inclusivas, sistematizadas ou por instituições representantes das PcD ou pela sociedade civil, ao invés de incluir, segregam e confinam tais indivíduos a determinados espaços sociais. Partindo deste aspecto é que muitos homens e mulheres pensam, a exemplo, que todas as pessoas cegas residem em um instituto dos cegos e tem os mesmos gostos e aptidões.

Tendo como base os aspectos supramencionados anteriormente, percebemos que a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho é um desafio e um compromisso que deve ser assumido não apenas pelo Estado, mas por todos que objetivam a constituição de uma sociedade mais equânime. Assim,

Do modelo de integração até a sociedade inclusiva, o movimento político das pessoas com deficiência vem trabalhando, intensamente, para alcançar um novo patamar de dignidade humana. Ainda convive com resquícios de segregação, muito de integração, e são incipientes as práticas de inclusão, as quais apresentam a diversidade humana como regra e, por conseguinte, têm como princípios norteadores da sociedade o respeito e a valorização das diferenças. Autonomia, direito a fazer sua própria escolha, vida independente e não discriminação podem ser sumarizados pelo lema "Nada sobre nós sem nós" (LANNA JÚNIOR, 2010, p.108).

Considerando que o mundo do trabalho está sistematizado na atualidade de forma a excluir, exigindo dos sujeitos cada vez mais profissionalização, tencionamos discutir, neste capítulo, partindo da cidade lócus de nossa pesquisa, como o mercado do trabalho tem incluído ou excluído as pessoas com deficiência visual, partindo das falas dos nossos entrevistados.

O mercado de trabalho em Campina Grande não difere dos aspectos que mencionamos anteriormente. Mesmo sendo conhecida como a capital do trabalho, esta cidade não recebe neste espaço todos os sujeitos que estão em idade de iniciar a sua vida profissional, e quando nos remetemos à inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, vemos que, partindo das entrevistas empreendidas, ocorre a exclusão destes, e quando inclusas, as PcD tem que agenciar cotidianamente para superar as barreiras que lhes são impostas.

Centro de produção do conhecimento e de forte atividade comercial, Campina Grande abriga diversas instituições de ensino superior sendo duas públicas, a saber a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG que anteriormente era um campus da Universidade Federal da Paraíba, além de várias instituições privadas. Sendo assim, a referida cidade recebe anualmente centenas de jovens/estudantes que na busca da profissionalização, bem como de trabalho migram para esta.

A constituição desta localidade enquanto um centro comercial foi confirmada a partir dos anos 1940, quando tendo por base a produção do algodão e de minérios, se afirmou enquanto um centro regional, na medida em que se configurava como um entreposto comercial entre a capital, João Pessoa, e o sertão, bem como iniciava a realização de transações comerciais com o exterior. Assim,

A expansão do comércio campinense fez-se em função do crescimento populacional, respondendo também à necessidade de expansão do capital e o abastecimento do mercado externo. Tais condições provocaram a geração de serviços, impulsionando uma série de fluxos da sua área de influência que aqui se abastecia. Assim, seu crescimento foi induzido pela atividade comercial dependente das correntes migratórias (BRAGA DE SÁ, 2000, p.183).

Por sua importância econômica, cultural, política e no campo da educação, na atualidade a cidade de Campina Grande recebe adjetivações do tipo *Rainha da Borborema*, *Liverpool Brasileira*, *Capital do Trabalho*, *Cidade Universitária*⁸, *Tech City*, e *Capital do Interior do Nordeste*. Todos estes termos revelam, como esta cidade, mesmo sendo localizada no interior do Estado, que geralmente é concebido

⁸ O VI Simpósio de Engenharia de Produção da Região Nordeste, realizado este ano em Campina Grande, para se referendar a esta localidade utilizou todos estas nomenclaturas que elencamos. As informações podem ser vistas no site: www.seprone.com.br/campina_grande.php. Acesso em 14/10/2011 as 14:20 hrs.

como signo do atraso, rompe com este pressuposto e se apresenta como um espaço em efervescência e crescimento nos mais diversos setores.

Atualmente Campina Grande, localizada na serra da Borborema conta com uma população, de acordo com a estimativa do IBGE de 2010, de aproximadamente 385.000 habitantes⁹, correspondendo a 10,2% da população paraibana. Nesta cidade, de acordo com dados da Associação de Portadores de Deficiência Física de Campina Grande, do total da população desta localidade, 28.000 possuem algum tipo de deficiência física.

No tocante a economia, vemos que Campina Grande está baseada principalmente, na atualidade, na área de prestação de serviços, no comércio e no setor industrial. Considerada como uma referência na produção de tecnologia, como no desenvolvimento de softwares, exporta tais produtos para diversos países¹⁰.

Mesmo sendo considerada como uma cidade referência e promissora, em Campina Grande uma quantidade significativa da população desenvolve atividades de cunho informal. Andando pelas suas ruas é comum nos depararmos com camelôs, e se assistirmos os telejornais veremos que muitos são os conflitos travados entre os vendedores ambulantes e a prefeitura. Estes aspectos nos permitem pensar que

Ao se caminhar pelos bairros da cidade, constata-se sapateiros, costureiros, mecânicos e muitos outros profissionais de casa-em-casa, perguntando se existe determinado serviço a fazer. Algumas vezes encontram, outras, não. A isto se chama biscate. Até certo ponto, deprimente para profissionais especializados. Existem duas hipóteses que justificam este mercado. A primeira diz respeito ao desemprego, pela própria vontade do trabalhador, isto é, profissionais que não se sujeitam ao trabalho, ao salário oferecido, talvez o biscate seja melhor. E a segunda versa sobre o desemprego forçado pelo mercado, ou seja, o indivíduo procura emprego e não encontra de maneira nenhuma, resolve, entretanto, perambular em busca de sua sobrevivência (SOUZA, 2006, p.185).

A fala de Souza (2006) nos faz refletir sobre o fato de que muitos indivíduos habitantes da cidade a qual o nosso estudo se reporta, quando excluídos do mundo do trabalho formal, enveredam pela esfera da informalidade desenvolvendo atividades que nem sempre os permite ter o seu sustento e o de seus familiares.

⁹ Informação disponível no site: paraibahoje.wordpress.com/2010/12/11/campina-grande. Acesso em 14/10/2011, as 14:30 hrs.

¹⁰ Informações disponíveis no site: www.seprone.com.br/campina_grande.php. Acesso em 14/10/2011 as 14:20.

Neste sentido, podemos mencionar, a exemplo, os deficientes visuais que vendem cartões telefônicos pelo centro da cidade.

Partindo dos aspectos mencionados acima sobre Campina Grande, percebemos que mesmo sendo conhecida como a *cidade do trabalho* dentre outros adjetivos, esta localidade exclui muitos sujeitos que estão aptos a ingressar no mercado de trabalho. Tal fato ocasiona o crescimento do mercado informal, e no tocante as pessoas cegas, os lega ao espaço do privado, na medida em que não os inclui no mercado de trabalho, por uma série de fatores que discutiremos a seguir.

Ao apresentar alguns aspectos referentes à História de Campina Grande, bem como sobre o mundo de trabalho nesta localidade, não objetivamos discutir de forma densa sobre tal espaço. Mas, apenas contextualizar a discussão sobre a inclusão no mundo do trabalho das pessoas cegas nesta cidade, entre os anos 1994 e 2010.

Por muito tempo as pessoas cegas, assim como as que possuem outro tipo de deficiência estiveram legadas ao espaço do privado. Porém, na atualidade como um resultado das reivindicações destes sujeitos através do movimento social das pessoas com deficiência, e dos seus agenciamentos cotidianos tal quadro de opressão e marginalização social tem sido revertido.

Os estereótipos do inválido e do incapaz ainda sobrevivem na contemporaneidade, porém, um grupo de pessoas com deficiência que busca se afirmar em espaços como o mundo do trabalho e da educação tem contribuído para desmistificar tais pressupostos. Assim vemos que

É, apesar das barreiras que existem para o deficiente visual trabalhar, mas já tem muito deficiente visual trabalhando, graças a Deus, o deficiente visual já está bem inserido no mercado de trabalho (JOSÉ OTTO MUNIZ FALCÃO FILHO, 2010).

A fala de José Otto Muniz Falcão Filho (2010) em consonância com o que vínhamos postulando, nos permite pensar que a inclusão das pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho na atualidade, na cidade de Campina Grande já esta sendo empreendida. Como ressaltou o depoente, muitos são os entraves e barreiras que existem para a consecução desta ação, porém, é a

presença das pessoas com deficiência visual em tais espaços que possibilita a superação destes obstáculos e barreiras.

Como evidencia Thompson (1998, p.20) é através de suas experiências cotidianas, das negociações e conflitos que os indivíduos podem si afirmar e ocupar determinados espaços sociais. As pessoas cegas, ao resistirem frente aos obstáculos que são impostos a sua inserção no mundo do trabalho estão propiciando a sua afirmação neste espaço e de outras tantas pessoas cegas que ainda não tiveram a oportunidade de se fazer presente neste ambiente.

É a presença de tais sujeitos neste local que possibilitará a desconstrução dos estigmas e dos estereótipos do inválido e do incapaz. As experiências cotidianas de pessoas com deficiência visual que estão inclusas no mercado de trabalho, exercendo as mais diversas profissões como professores, advogados, secretários, são elementos que eclodem as bases dos preconceitos construídos em relação a tal grupo social. Neste aspecto, como nos propõe outra depoente, o deficiente visual no mercado de trabalho em Campina Grande

É uma pessoa que tem crescido cada vez mais, tem havido crescimento na inserção das pessoas com deficiência, especialmente pela via do concurso público, todavia o que falta ainda, falta ainda, acho que faltam três coisas: falta uma maior formação da pessoa para poder ser inserida no mercado de trabalho, falta a sensibilidade das empresas para se adequarem, para se adaptarem para a chegada de uma pessoa com deficiência visual e, as vezes falta também, vontade da pessoa com deficiência. Existe por parte delas em certo casos, um certo comodismo que a impede de ir a busca de uma ascensão, de um ingresso no mercado do trabalho e muitas vezes ela prefere ficar presa a um benefício de prestação continuada que ela recebe e por isso não vai a busca dessa formação necessária para o seu ingresso no mercado de trabalho (ADENISE QUEIRÓZ DE FARIAS, 2010).

A narrativa de Adenise Queiróz de Farias (2010) pode ser analisada a partir de três prismas. Primeiro, nos revela em consonância com José Otto Muniz Falcão Filho (2010) o fato de que a inclusão das pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho tem sido uma crescente. Segundo, nos permite pensar que tal fato perpassa a formação destes sujeitos, e a disponibilidade das empresas.

Embora exista uma legislação que assegura teoricamente que as empresas devem reservar parte de suas vagas as PcD, na prática muitas elaboram mecanismos através dos quais conseguem burlar tal legislação. Assim, vemos que muitas vezes quando inclusos no mundo do trabalho, estes sujeitos exercem

atividades que não possibilitam a sua ascensão e são apresentados pela instituição apenas como um adorno. Neste aspecto, vemos que em muitos casos,

[...], as formas de trabalho precarizadas não atendem às condições materiais de pessoas com deficiência. Não podemos nos enganar que estes, mesmo quando aceito para trabalhar em alguma função do mercado formal de emprego, esteja incluído. Na maioria das vezes, a função que exerce é excludente, marginal e, que não elevará o seu padrão de vida e nem tão pouco sua promoção a outras funções superiores na empresa, a não ser que tenha um curso superior; mesmo assim, não é garantia de promoção funcional (PEREIRA, 2008, p.198).

Pereira (2008), nos mostra em sua fala aparentemente detentora de um tom negativista e de uma perspectiva desacreditada de pensar a inclusão das PcD, as estratégias adotadas pelas empresas para incluir, excluindo tais sujeitos. A presença da pessoa cega em uma determinada empresa, não significa que esta em suas atividades diárias está sendo incluída. Os limites que separam a inclusão da exclusão são tênues, e em certos casos ações inclusivas se constituem como um disfarce para a exclusão e marginalização social.

O terceiro aspecto, mencionado remete a disposição da pessoa cega em ser incluída em tal espaço. Esta disponibilização perpassa pela questão da conscientização de tais sujeitos, onde este percebe a necessidade de compreender a deficiência como uma limitação, mas não como um impedimento para a consecução de determinadas atividades. A conscientização tange, como propõe Freire (1967, p.11), a abertura de um caminho a partir do qual é possível o sujeito expressar suas insatisfações e romper com os mecanismos de opressão.

A partir do instante que a pessoa com deficiência pensa que a paisagem expressa na janela pode ser mudada mediante do ângulo de onde é vista, permite que este atente para o fato que o tripé deficiência/marginalização social/incapacidade poder ser superado e quebrado a partir do empreendimento de ações de resistência cotidiana.

No caso do deficiente visual que remete a ausência total ou parcial de um dos sentidos sensoriais, a visão, restam quatro sentidos a partir dos quais é possível empreender outras atividades. Com o olfato é possível que este exerça atividades como a alquimia, com o paladar pode ser um profissional do ramo da culinária; com a audição pode ser um músico hábil e com o tato um escultor.

Na sua inclusão no mundo do trabalho muitas são as barreiras e grillhões que a pessoa cega tem que enfrentar cotidianamente. No caso específico de Campina Grande, partindo das falas de nossos depoentes, compreendemos que os maiores obstáculos são as limitações humanas, tais como os preconceitos incutidos nas mentes dos indivíduos, e as barreiras arquitetônicas.

No tocante aos preconceitos, vemos que o principal é a indiferença. Conforme nos relata Maria do Socorro Bispo (2010) compreendemos que a

Indiferença das pessoas por achar que agente não é capaz, porque sempre cego ou pessoa de baixa visão tem que ter um auxiliar e as pessoas acham que agente é inferior por conta disso (MARIA DO SOCORRO BISPO, 2010).

Assim, Maria do Socorro Bispo (2010) nos revela o quanto os estigmas e estereótipos do inválido e do incapaz ainda se faz presente na sociedade. O fato de ser cego, para muitos indivíduos ainda é sinônimo de incapacidade e de impotencialidade para estar presente no mundo do trabalho. Deste modo, compreendemos que como propõe Lanna Júnior (2010, p.9), a inclusão laboral das pessoas com deficiência está além da modificação e adaptação estrutural. Tal fato resulta da eliminação dos preconceitos e estereótipos que foram construídos historicamente, tais como o paradigma do inválido e do incapaz.

A inclusão das pessoas cegas no mundo do trabalho seletivo e excludente resulta das suas lutas de agenciamento e resistência. A resistência é, como evidencia Thompson (1998, p.23), empreendida a partir da tomada de consciência e reconhecimento do seu potencial enquanto ser humano, por parte do indivíduo excluído.

A constituição de mecanismos de agenciamento pode ser percebida através de Ana Lúcia Leite (2010) que quando questionada sobre como se percebia no mundo do trabalho mencionou que “Hoje sim, eu me sinto muito realizada no meu campo de atuação, porque eu trabalho na área que eu escolhi e já tive que brigar muito para conseguir este espaço, mas, hoje eu me sinto realizada” (ANA LÚCIA LEITE, 2010). Ao utilizar o verbo *brigar* a mesma nos revela como em seu cotidiano teve que agenciar para poder ocupar um espaço no mundo do trabalho e ser assim, incluída socialmente.

Diante do contexto atual do mercado de trabalho, bem como dos estereótipos que foram constituídos em relação não só as pessoas cegas, mas as pessoas com

outros tipos de deficiência, a inclusão destes em tal espaço não é uma realidade para todos. Isto é perceptível quando uma de nossas depoentes menciona que

Ah, eu particularmente, eu sei que isso não é uma realidade para todas as pessoas cegas, mas eu tenho uma inserção, posso dizer assim, qualitativa, já que eu ingressei no mercado de trabalho por meio de concurso público eu consigo desempenhar bem as minhas funções é, geralmente sou bem aceita no local de trabalho, então para mim tem sido uma experiência positiva (ADENISE QUEIRÓZ DE FARIAS, 2010).

A inclusão das pessoas cegas no mundo do trabalho perpassa a questão da profissionalização e, por conseguinte da educação conforme discutiremos no capítulo seguinte. Tal fato depende da vinculação família, mundo do trabalho e educação. Porém, a própria pessoa cega diante dos estereótipos e dos preconceitos dos quais é alvo, constrói para si uma identidade de incapaz e de inválido introjectando, assim que não tem condições ou que não pode ser incluso no mundo do trabalho.

A constituição da identidade do cego como inválido ou incapaz deve-se ao fato que nossas identidades são constituídas a partir da forma como somos interpelados socialmente, ou seja, ela é constituída a partir de interferências externas. Neste sentido vemos que

Assim, em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros* (HALL, 2002, p.39).

Partindo da citação de Hall (2002), podemos afirmar que a inteireza da identidade da pessoa cega é feita a partir dos estigmas que a sociedade veicula para se referendar a tais sujeitos. Deste modo, é compreensível que muitas destas se concebam enquanto inválidas e se restrinjam ao espaço do privado. Diante destes fatos, é que a desconstrução de tais estereótipos a partir das experiências e vivências de pessoas cegas que conseguiram romper com tais pressupostos se faz necessária.

Tendo como referência os depoimentos que colhemos vemos que em Campina Grande, no tocante ao mundo do trabalho, a pessoa cega é interpelada ora como alvo de caridade, pena ou de assistencialismo. Isto fica evidente na fala de nossa entrevistada quando enfatiza que

Bem, as pessoas ditas normais aqui em Campina, assim, eles, eles traziam, pelo menos eu, uns com pena sabe, eles, eu sinto que eles sentem muita pena, assim, e querem proteger o máximo possível, assim é bonitinho, mas, é cego, tipo assim, porque que você tá andando sozinha? Meu Deus! Que absurdo! Outro dia um homem ficou horrorizado e se prontificou para ficar andando comigo já que não tinha ninguém da minha família, ele disse que fazia essa caridade e eu disse: não pode deixar que eu chego. Mas, assim, é mais pena e cuidado assim, que eles têm, assim, carinho, cuidado. Comigo mesmo nunca aconteceu nada mais grave e eles também estão sempre prontos a ajudar, mas, é mais a pena mesmo que reina aqui assim (ANA LÚCIA LEITE, 2010).

Partindo do que afirmou Ana Lúcia Leite (2010) compreendemos que essas ações de cunho caritativo e assistencialista não são atitudes maldosas da população. Na realidade estas resultam da forma como historicamente as pessoas cegas foram visualizadas como sujeitos “anormais” que devem estar restritos ao espaço privado, como a exemplo, convivendo com pessoas que possuem a mesma deficiência em institutos.

Na parte em que nossa depoente discorre sobre o episódio em que um homem ofereceu ajuda e achou um absurdo o fato dela está andando só pelas ruas de uma cidade como Campina Grande, remete a visão de que a pessoa cega é aquela que depende extremamente de outra para desempenhar as suas atividades cotidianas. Lanna Júnior (2010, p.17) nos mostra que tal concepção foi constituída desde o limiar do século XX e hoje ainda se faz presente na sociedade.

São as experiências cotidianas das pessoas cegas que estão inclusas no mundo do trabalho que podem minar os alicerces de tais pensamentos. Esta inclusão depende da disponibilidade das empresas para acolher tais pessoas, assim como evidenciamos em páginas anteriores.

Para que uma pessoa cega possa ser incluída em um ambiente de trabalho como, a exemplo um escritório, se faz necessário a adaptação deste espaço, bem como o empreendimento de uma conscientização com as pessoas que irão lidar diariamente com o sujeito que será incluído. Com relação às dificuldades de tal processo vemos, partindo da fala da depoente que

Olhe, alguns tem muita competência, mas não tem oportunidade porque tem que existir a adaptação do ambiente para o deficiente, entendeu? Ele não pode chegar num ambiente se não tiver adaptação para ele. No meu caso eu sou baixa visão, eu tenho que ter um escritório adaptado com sistema falado, com tudo ao meu alcance, eu não posso chegar em qualquer escritório e trabalhar normalmente porque eu não vou me adaptar, essa é a dificuldade que agente tem no mundo do trabalho, que as empresas não querem investir em adaptar o ambiente (MARIA DO SOCORRO BISPO, 2010).

Deste modo, Maria do Socorro Bispo (2010) nos chama atenção para o fato de que possuir competência para desempenhar determinada atividade nem sempre remete a inclusão de uma pessoa cega no mundo do trabalho. Partindo do pressuposto da inclusão social pressupõe-se que os espaços públicos e privados devem ser adequados a pessoa com deficiência.

No paradigma anterior, o da inserção social, eram as PcD que deveriam adequar-se ao espaço. Ou seja, cabia a pessoa com deficiência, que almejava ser inserida em determinado ambiente, se adequar a este. Assim percebemos que

[...], está em andamento uma mudança de paradigma: a sociedade, que via esse segmento populacional como alvo de caridade, passa a entender que se busca tão somente a promoção e a defesa de seus direitos, em bases iguais com os demais cidadãos. É irrelevante se as pessoas apresentam ou não algum grau de limitação funcional. O que está em jogo são a equiparação de oportunidades e a nova interface entre o indivíduo e o ambiente sem obstáculos. Esse avanço está refletido inclusive na organização institucional do Estado brasileiro, que inseriu o tema da pessoa com deficiência na área dos Direitos Humanos. Assim, foi construído um diferencial positivo quando comparado à maioria dos países (LANNA JÚNIOR, 2010, p.32).

O Movimento Social das Pessoas com Deficiência ao discutir a questão da inclusão de tais sujeitos no mundo do trabalho, não reivindica medidas paternalistas e assistencialistas, mas, que estes tenham as mesmas oportunidades das pessoas sem deficiência no ingresso em tal espaço. A configuração excludente do mercado de trabalho já segrega as pessoas ditas “normais”, e quando remetemos as PcD é que tal exclusão é mais perceptível e intensa.

Tendo por base os aspectos mencionados anteriormente, percebemos que mesmo com a existência de uma legislação que versa sobre a inclusão das pessoas com deficiência nos mais diversos espaços, tais como o mundo do trabalho, muitos ainda são os obstáculos, bem como os desafios que uma pessoa cega enfrenta

cotidianamente para ser ingressa no mundo do trabalho em Campina Grande. Tais aspectos podem ser elucidados na fala de Maria do Socorro Bispo (2010) quando menciona que

Os desafios arquitetônicos, muitos. Andar nas ruas de Campina, não sei se Inácio já andou, é muito bom né? Bem mal. É buraco de mais e o acesso as avenidas é horrível. Olhe é em tudo. Arquitetônico, agente não tem acesso nenhum. Tem acesso para físico, para cadeirante, mas para cego é ruim de mais, né, bem mais (MARIA DO SOCORRO BISPO, 2010).

Neste sentido, referindo-se a estes aspectos, José Otto Muniz Falcão Filho (2010), nos revela que

Tem essa questão do preconceito, que não é o preconceito, é o desconhecimento para a pessoa que não conhece a capacidade do deficiente visual no trabalho e tem a questão da acessibilidade que precisa ser melhorada na cidade né (JOSÉ OTTO MUNIZ FALCÃO FILHO, 2010).

As narrativas acima mencionadas podem ser analisadas a partir de dois vieses. Primeiro, nos permite discutir novamente que na cidade de Campina Grande quando o tema em questão é a inserção laboral da pessoa cega, um dos principais obstáculos é o preconceito. Concordamos com José Otto Muniz Falcão Filho (2010) quando menciona que o preconceito decorre da falta de conhecimento do potencial da pessoa cega.

A forma como as PcD foram interpeladas socialmente por décadas, fez com que os membros da sociedade internalizassem tais pressupostos e associassem o deficiente ao inábil ao que não tem condições físicas, tampouco intelectuais de se fazer presente neste espaço.

Em outra perspectiva, nos aponta para as dificuldades arquitetônicas, conforme chamamos atenção anteriormente. Embora exista a Lei 10.098 de 19 de Dezembro de 2000¹¹ que versa sobre a obrigatoriedade da eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, nos transportes públicos e na comunicação não só para as pessoas com deficiência, mas também para pessoas com mobilidade reduzida como idosos, na prática em Campina Grande ainda existem muitos obstáculos que impedem o acesso de pessoas cegas ao mundo do trabalho.

¹¹ Lei disponível para acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm.

No que se refere à inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, observamos que o Estado possui uma posição dúbia. Na medida em que, a exemplo, formula políticas e leis como a que mencionamos no transcrito deste estudo, continua a utilizar nos documentos que expede, no tocante as PcD termos como inválido e incapaz.

Tal posicionamento de órgãos estatais como o Ministério do Trabalho contribui para a manutenção dos estereótipos e estigmas que inferiorizam as pessoas cegas e que possuem outros tipos de deficiência. Tais termos impressos nas carteiras de trabalho, a exemplo, são elementos constitutivos da identidade do inválido e do incapaz por parte das pessoas com deficiência. Quando questionada a respeito da impressão destes termos em seus documentos Maria do Socorro Bispo (2010) enfatizou que

A minha tem esse rotulzinho, é incapaz, não é, como é? Inválido permanente, então por isso aí você não pode ter nenhum vínculo empregatício em lugar nenhum. Porque automaticamente você vai perder, então eu acho errado, não deveria colocar esse rótulo, porque incapaz é aquele que não faz nada, não é verdade? É aquele que está em cima de uma cama morto né, como um vegetal. Agente não. Agente tem uma limitação, é diferente (MARIA DO SOCORRO BISPO, 2010).

A este respeito Ana Lúcia Leite (2010) afirmou que

Nossa, isso assim, me deixa deprimida. Sinceramente eu não deixo e não deixei colocar isso na minha. Quando fui tirar a minha também tinha isso e achei um absurdo você se preparar a vida inteira para competir no mercado de trabalho e quando você vai, isso é frustrante para a gente, isso eu acho que conta também na hora em que você vai chegar com uma carteira dessa como inválido, incapaz, sinceramente eu me recuso a aceitar (ANA LÚCIA LEITE, 2010).

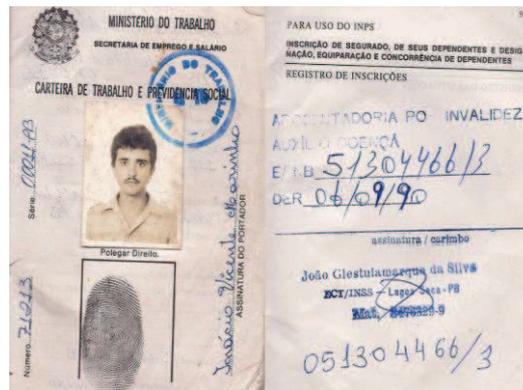
Analisando as falas das duas depoentes vemos que a presença de termos como *incapaz* ou *inválido* nas carteiras de trabalho destas, contribui para a constituição da identidade da pessoa cega enquanto não apta ao mercado de trabalho. Como mencionou a segunda depoente, o termo inválido a deixa deprimida, ou seja, toca nas suas subjetividades na medida em que a associa a um objeto sem validade que não pode ser produtivo na sociedade.

A presença destes termos nos documentos pessoais oficiais ratificam a suposta improdutividade das pessoas com deficiência de forma que qualquer atividade que estas queiram fazer em suas vidas, que remeta a obrigatoriedade da

apresentação de um documento de identificação, será feita a partir da tônica da incapacidade e invalidez. Tais adjetivações rotulam, segregam e tendem marginalizar as PcD.

Tomamos como exemplo a ênfase em nossa própria documentação, quando em nossa carteira de trabalho consta a expressão *aposentadoria por invalidez*, conforme mostra a imagem que segue.

Figura I



Fonte: Carteira de Trabalho de Inácio Vicente Marinho

Como mencionamos anteriormente, partindo de Lanna Júnior (2010, p.20), as palavras portam subjetividades e valores que quando adjetivadas em relação a um sujeito influenciam na constituição da sua identidade. Ao nos identificar como inválidos, como vemos neste documento oficial apresentado acima, o Estado nos lega ao lugar do improdutivo, nos apresentando como um indivíduo que está destinado a pelo resto de sua vida receber um benefício diante da impossibilidade de poder ser ingresso no mundo do trabalho.

Diante deste fato, muitas pessoas tendem a associar a pessoa cega ao inválido ou ao incapaz. Isso pode ser percebido na fala de um de nossos depoentes quando este menciona que “as pessoas nos vê, mesmo com todas as informações que há, mas a maioria nos vê apenas como o cego e para a grande maioria das pessoas o cego é inválido” (SEBASTIÃO MESSIAS DE OLIVEIRA, 2010).

Neste sentido, compreendemos que se faz necessário que o Estado procure adequar os termos que utiliza nos seus processos e documentos às políticas públicas que o mesmo sistematiza. Entre as propostas de inclusão evidenciadas por este órgão e as ações inclusivas existe um distanciamento significativo.

A percepção do deficiente visual enquanto inválido, incapaz resulta dos diversos tratamentos que foram legados a tais sujeitos no percurso da História, como prescristamos nas páginas antecedentes. Enquanto uma construção histórica e cultural tais pressupostos podem ser questionados e desconstruídos a luz das experiências de pessoas cegas que na atualidade estão inclusas no mundo do trabalho em Campina Grande.

Enquanto seres humanos somos todos iguais. Os estereótipos, preconceitos, bem como os padrões de normalidade e anormalidade são construções culturais. Deste modo a tônica da incapacidade não é uma essência da pessoa cega, é, como mencionamos nas linhas anteriores, uma construção. Assim vemos que como propõe Cuche (1999, p.144) tais construções culturais são elaboradas em um jogo tenso e conflituoso e visam em determinados casos atribuir ao outro, um lugar de submissão.

No caso específico do termo inválido tal concepção foi constituída tendo por base os laudos emitidos pelos médicos e o CID, Código Internacional de Doenças, através dos quais o médico emite o atestado de incapacidade. Tal denominação foi incorporada nas mais diversas esferas do social, dentre eles no mundo do trabalho, onde como vimos esses termos são colocados nas carteiras de trabalho das pessoas que possuem cegueira congênita ou adquirida.

Esta denominação construída culturalmente e historicamente tendo como norte o CID deixará de ter validade a partir do momento em que a sociedade despertar para o fato que uma deficiência física não remete a incapacidade e a exclusão do mundo do trabalho. São as pessoas cegas e com outros tipos de deficiências que em seu cotidiano, a partir de suas ações desconstruirão tais estereótipos. Como propõe Adenise Queiróz de Farias (2010)

Isso é consequência do chamado modelo médico de deficiência, um modelo que vigorou por muito tempo, e que ainda hoje vigora na sociedade atual, onde os próprios CID'S são cadastros lá, são laudos que o médico dá, atesta que a pessoa com deficiência é incapaz, ainda proveniente daquela cultura, daquele binômio agente pode dizer assim, binômio deficiência versus incapacidade e aí o mercado de trabalho também incorporou isso, nós vamos conseguir romper essa coisa, nós vamos conseguir romper essa barreira, quando nós conseguirmos romper uma barreira que é muito maior que é uma barreira de mentalidade. Enquanto as pessoas não acreditarem que as pessoas com deficiência são capazes os CID'S que atestam a incapacidade eles vão continuar presentes ainda por muitos anos. Somos nós, as próprias pessoas com deficiência, a nossa luta, que vai remover essa barreira, quando nós formos capazes de provar que nós somos aptos

para o trabalho, que nós somos, nós podemos desempenhar a nossa função (ADENISE QUEIRÓZ DE FARIAS, 2010).

A fala de Adenise Queiróz de Farias (2010) é esclarecedora no sentido em que nos possibilita compreender que o estereótipo do inválido é uma construção, e nos remete ao fato de que tal preconceito será desmobilizado a partir da prática e do empreendimento de agenciamentos pelos próprios sujeitos marginalizados e discriminados.

Nossa experiência de vida, enquanto pessoa cega, nos permite afirmar que os estereótipos do inválido e do incapaz construídos em relação às pessoas com deficiência não se sustentam. Como notificamos nossa cegueira foi adquirida e, entretanto esta não foi limitadora da minha prática, assim como não foi das pessoas as quais entrevistamos.

A partir do momento em que recebemos o laudo médico e tivemos impresso na nossa carteira o termo *aposentadoria por invalidez* percebemos que era necessário construir mecanismos de agenciamento através dos quais pudesse romper com este paradigma construído historicamente. Neste instante, enquanto ainda me acostumava com a cegueira como um fato, as pessoas do meu convívio tentavam me acalmar mostrando que o benefício que eu receberia compensaria a minha impossibilidade de ser ingresso no mundo do trabalho.

Percebemos que o carimbo que foi fixado em nosso documento, mais do que a garantia de um benefício em termos salariais, remetia a abertura de uma época onde aos olhos da sociedade seríamos identificados pelas marcas da invalidez. A impressão destes termos em nossos documentos não fica presa as páginas destes, mas ferem nossa concepção enquanto sujeitos e nos coloca enquanto pessoas improdutivas e incapazes de ser atuantes socialmente. Nossa identidade passa então por um processo de reformulação tendo como referencial um rótulo que nos torna sem validade.

Analisando as falas dos depoentes aos quais nos reportamos neste capítulo, percebemos que em Campina Grande, cidade reconhecida por sua importância econômica, social, cultural e política, a inclusão das pessoas cegas no mundo do trabalho está em sua fase inicial e que muitos ainda são os desafios e barreiras, tais como os preconceitos com os quais tais indivíduos se deparam.

Porém, estes obstáculos não devem se constituir como um elemento impeditivo para a presença de tais pessoas neste espaço, já que é a interferência destes neste meio, bem como os mecanismos de agenciamento elaborados por estes cotidianamente que possibilitarão a desconstrução dos estereótipos e estigmas que foram construídos possibilitando assim, uma inclusão qualitativa no mundo do trabalho.

A inclusão das pessoas cegas no mercado de trabalho, de forma a romper com os pressupostos do assistencialismo, tendo como base o atual contexto competitivo que caracteriza o mercado de trabalho, remete a profissionalização destes sujeitos. Neste sentido, percebemos que a inclusão da pessoa cega, assim como das que possuem outros tipos de deficiência perpassa por uma questão do acesso a educação.

Tendo por base estes aspectos, é que no capítulo seguinte realizaremos uma interface entre o mundo do trabalho e a educação no sentido de perceber esta última como um mecanismo a partir dos quais tais sujeitos históricos passam por um processo de conscientização, percebem os seus direitos e potencial enquanto seres humanos e recebem a formação, teoricamente necessária para a sua inclusão no mercado de trabalho.

Partindo dos relatos das pessoas cegas que entrevistamos, e principalmente da narrativa de Adenise Queiróz de Farias (2010), que utilizamos na abertura deste capítulo como epígrafe, compreendemos que a inserção da pessoa cega no mundo do trabalho remete a constituição da identidade do produtivo, desconstruindo assim, a do improdutivo construída durante séculos. Partindo de Braverman (1987, p.50-51) vemos que o acesso ao trabalho mais que um direito constitucional ou uma questão econômica remete a constituição das subjetividades dos indivíduos enquanto um sujeito que atua socialmente e que é responsável pela sua vida.

As pessoas cegas que participaram de nosso estudo ocupam funções como advogado, professor, secretária e em suas falas referendaram a importância do acesso ao mercado de trabalho enquanto um meio constitutivo da autonomia. A educação enquanto um instrumento de conscientização e de profissionalização se constitui como um dos principais instrumentos de formulação do pressuposto da produtividade da pessoa cega.

Ser deficiente físico não deve remeter ao contrário do eficiente ou produtivo. Enquanto seres humanos, tais sujeitos possuem um potencial que pode e deve ser

absorvido pelo mercado de trabalho. Para tanto tal espaço deve fornecer as pessoas cegas bem como as PcD, as condições necessárias para que possa empreender suas atividades laborais.

3. EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: UMA INTERFACE NA CONSTITUIÇÃO DA EMANCIPAÇÃO E AUTONOMIA DA PESSOA CEGA

*A leitura do mundo precede a da palavra
(FREIRE, 1989, p.9).*

Como discutimos nos capítulos anteriores, historicamente foram construídos estigmas e estereótipos que associam as pessoas cegas e com outros tipos de deficiência ao inválido e ao incapaz. Uma das formas de desconstruir tais pensamentos é a inclusão destes indivíduos no mundo do trabalho.

Nesta perspectiva, as PcD, assim como as pessoas não deficientes, além de demonstrar capacidade para ser ingresso neste espaço, precisam profissionalizar-se, haja vista que na contemporaneidade o mercado de trabalho tem se constituído de forma seletiva e excludente, assim como nos apresenta Antunes e Giovanni (2004, p.349).

Diante desta configuração, a inclusão social das pessoas cegas no mundo do trabalho é um desafio, e perpassa a questão do acesso a educação. Ou seja, é a educação que fornece os subsídios a partir dos quais é possível a conscientização, o desenvolvimento da autonomia e a entrada e permanência das PcD no mercado de trabalho.

Como mencionamos na epígrafe deste capítulo, “A leitura do mundo antecede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989, p.9). Nesta perspectiva, a forma como interpretamos os acontecimentos cotidianos está relacionada à interpretação que empreendemos partindo do nosso contexto social, do mundo e das pessoas que nos cercam.

Tendo como base este pressuposto, compreendemos que o acesso a educação possibilita que as pessoas cegas, por tanto tempo exclusas e marginalizadas socialmente, possam olhar para a sua deficiência sobre outra perspectiva. Ao ler o mundo antes de ler a palavra, a pessoa cega poderá perceber a sua deficiência enquanto uma limitação e não como um mecanismo que impossibilita a sua assunção enquanto sujeito histórico, fazedor de sua vida, desmistificando assim, o estereótipo do inválido e do incapaz.

Enquanto lugar do diverso e de constituição de identidades, a escola ao incluir as PcD possibilita que estas tenham contato com o espaço do público e iniciem o

processo de reabilitação social, na medida em que constitui saberes, experiências e vivências no contexto escolar. Neste sentido,

[...], a escola é um lugar de socialização de conhecimento e de relações entre diferentes sujeitos sociais, ela deve propiciar a integralização dos/as alunos/as, de modo que estes se reconheçam neste espaço como parte constituinte dele e elaborem saberes igualmente que possibilitem a aprendizagem mútua (ARAÚJO, 2011, p.109).

Nesta perspectiva, no presente capítulo objetivamos discutir, partindo das experiências e vivências dos sujeitos aos quais nos reportamos, de que forma a interface entre educação e mundo do trabalho pode ser um mecanismo de constituição de pessoas cegas conscientes do seu papel social. A vinculação entre estes dois espaços possibilita a formulação da identidade do produtivo para tais sujeitos, rompendo com o lugar do improdutivo socialmente e economicamente, a qual tais indivíduos foram relegados.

Na atualidade um dos temas que mais tem atraído a atenção de estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento, bem como da sociedade civil é a inclusão social. Tal conceito ganhou notabilidade e expandiu-se a nível internacional a partir da década de 1990. Neste trabalho compreendemos tal conceito como

[...], um movimento social, que vem atender e incluir socialmente todos os cidadãos, proporcionando direitos iguais para todos. Na escola, esse processo representa uma mudança na estrutura organizacional, e essas modificações, a nosso ver, surgiram para dar uma melhorada no sistema educacional brasileiro. O tema está em voga e tê-lo no discurso pressupõe quebra de paradigmas e rompimentos de fronteiras (SILVA, 2011, p.195).

Incluir socialmente remete a possibilitar que sujeitos que foram excluídos dos seus direitos sociais durante décadas, tais como os trabalhadores rurais, as mulheres e as pessoas com deficiência, possam ocupar os mais diversos espaços, bem como ter os seus direitos constitucionais assegurados.

Neste sentido, a inclusão social perpassa a discussão, como menciona Lanna Júnior (2010, p.17), da equiparação dos direitos civis entre os indivíduos, independentemente de suas particularidades culturais, físicas ou psicológicas.

A cegueira não deve se constituir como uma referência a partir da qual, desprezando as capacidades e habilidades humanas das pessoas que possuem

esta deficiência, a sociedade os classifique como inválidas ou incapazes. Em determinados casos, partindo de uma leitura da forma como a sociedade os percebe, as próprias pessoas cegas se classificam enquanto incapacitadas de desenvolver as suas atividades cotidianas.

No tocante a inclusão social das pessoas com deficiência, um dos temas mais ressaltados é a discussão em torno do atendimento as suas necessidades educativas. As PcD, em específico, por muito tempo estiveram exclusas do acesso a escola, ou reservadas a institutos e organizações que cuidavam da instrução de tais sujeitos.

Estes institutos que na atualidade se constituem como um mediador entre a pessoa com deficiência e o mundo do trabalho, por muito tempo ao tentar incluir, excluía. Neste sentido, como evidencia França e Pagliuca (2008), compreendemos que estas instituições devem despertar a sociabilidade dos seus membros e desenvolver mecanismos que busquem conscientizá-los da necessidade de romper com o lugar do silenciamento ao qual foram relegados historicamente.

Enquanto um direito do cidadão, o acesso ao mundo do educar não pode ser negligenciado as pessoas cegas, nem as que possuem outros tipos de deficiência. Neste sentido, o Movimento Social das Pessoas com Deficiência tem reivindicado a inclusão de tais indivíduos neste espaço. Nesta perspectiva,

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossas sociedades. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século (MAZZOTA, 2001, p.15).

Exclusas do acesso a educação as pessoas com deficiência foram impedidas de se assumirem enquanto sujeitos de suas histórias, bem como de romperem com os estereótipos que os associam ao inválido e ao incapaz. Neste sentido, a presença das PcD nas escolas se constitui como um elemento determinante para que estas possam romper com o seu isolamento na esfera do privado, espaço que lhe foi atribuído historicamente, e com os grilhões da opressão, desenvolvendo suas potencialidades no espaço público, mostrando assim, que a invalidez não é um parâmetro para mensurar o potencial humano da pessoa.

O acesso das pessoas cegas a educação pode ser compreendido como um mecanismo de agenciamento, onde assim como evidencia Thompson (1998, p.15), estes sujeitos excluídos e marginalizados podem resistir e assumir o seu lugar enquanto cidadãos, rompendo com a tônica da incapacidade.

Resultado das reivindicações do movimento social das pessoas com deficiência, a educação de tais sujeitos passou a pauta do dia a partir dos anos 1960 e, na atualidade é assegurada pela Constituição Federal de 1988¹², que em seu artigo 208, inciso III, assegura que o atendimento educacional às pessoas com deficiência é um direito destas e deve ser realizado de preferência no ensino regular.

Além da Constituinte, outras legislações dispõem sobre a inclusão das pessoas com deficiência no âmbito da escola. Dentre estas podemos mencionar as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial¹³ e a Convenção das Pessoas com Deficiência que em seu artigo 24 dispõe que os Estados Parte devem assegurar

- a. O pleno desenvolvimento do potencial humano e do sentido de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;
- b. O desenvolvimento máximo possível da personalidade e dos talentos e criatividade das pessoas com deficiência, assim de suas habilidades físicas e intelectuais.
- c. A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2007 s/p).

Tendo como base as leis acima descritas, têm sido sistematizadas iniciativas que visam incluir as pessoas com deficiência, nas mais diversas modalidades de ensino, seja na educação básica ou no ensino superior. Dentre estas ações podemos mencionar o Programa de Tutoria Especial realizado na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e que é pioneiro, a nível de Brasil, no atendimento as pessoas com necessidades educativas especiais.

Este programa foi desenvolvido de início, como um projeto empreendido a partir do curso de Serviço Social quando este se deparou com a necessidade de elaborar um mecanismo que pudesse possibilitar a aprendizagem de uma pessoa cega que foi matriculada no curso. Neste sentido foi selecionado um aluno voluntário

¹² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao. Acesso em: 8/11/2011 as 14:01 hrs.

¹³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 8/11/2011 as 14:05 hrs.

que gravaria os textos trabalhados em sala para que o aluno cego pudesse ouvir a posteriori e acompanhar as discussões empreendidas em sala.

Posteriormente, com a entrada de outras pessoas com deficiência nos mais diversos cursos da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, esta iniciativa assumiu o caráter de programa. A respeito da metodologia deste programa vemos que

[...], começa por selecionar estudantes, regularmente matriculados em cursos de graduação da UEPB, para a função de Tutor Especial, os quais, após uma capacitação e serem contemplados pela UEPB com uma bolsa de incentivo através da PROEAC, passam a cumprir uma carga horária de doze horas semanais para fornecer auxílio pedagógico aos alunos com necessidades educacionais especiais que estudam na UEPB. Os referidos Tutores, sob a orientação de um professor determinado pela PROEAC, prestam um atendimento especializado individualizado aos referidos alunos, através de: auxílio em tarefas pedagógicas e científicas, auxílio em trabalhos práticos experimentais, apoio e orientação em seus estudos e trabalhos teóricos e práticos (CARNEIRO;RAMALHO, 2008, 113).

A princípio coordenado por Maria Noalda Carneiro, o programa de Tutoria atualmente, tem como coordenadora a professora Cleônia Maria Mendes Souza e atende a treze pessoas com deficiência, sendo onze pessoas cegas, uma com surdez e uma com deficiências múltiplas, distribuídas pelos cursos de História, Geografia, Física, Direito, Jornalismo, Letras, Pedagogia e Serviço Social.

Iniciativas como esta que acabamos de apresentar possibilitam que as pessoas com deficiência, e em específico, as cegas, que por tanto tempo tiveram os seus direitos sociais negados, dentre eles, o acesso à educação, possam ser ingressos neste espaço. Tal inclusão permite que estes desencadeiem um processo de conscientização que possibilita o rompimento com a situação de exclusão a qual foram submetidos. Neste sentido vemos que a educação

[...], libertadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação. A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. Uma cultura tecida com a trama da dominação, por mais generosos que sejam os propósitos de seus educadores, é barreira cerrada às possibilidades educacionais dos que se situam nas subculturas dos proletários e marginais. Ao contrário, uma nova pedagogia enraizada na vida dessas subculturas, a partir delas e com elas, será um contínuo re-tomar reflexivo de seus próprios caminhos de liberação (FIORI, 1986, p.5).

A educação será consubstanciada como um instrumento de constituição da autonomia das pessoas cegas e das que possuem outros tipos de deficiência, a partir do instante em que as propostas educativas voltadas para estes, forem sistematizadas tendo como norte as especificidades e singularidades destes. Desta forma, estas ações farão jus ao lema do movimento social das pessoas com deficiência, *“Nada sobre nós, sem nós”*. Uma educação comprometida com a emancipação da pessoa cega deve distar de uma pedagogia opressora e segregadora, que silencia tais indivíduos.

A educação deve possibilitar a culminância de uma pedagogia da autonomia dos sujeitos sociais cegos, dando-lhes a possibilidade de através dela, canalizar seu potencial criativo movedor de suas habilidades e competências.

É neste contexto que encaminhamos nossas discussões no presente capítulo, trazendo a tona as experiências e vivências de nossos depoentes, notabilizando suas histórias de vida no mundo da educação como um mecanismo de conscientização e que possibilita o acesso destes ao mercado de trabalho. Partimos do pressuposto notabilizado por Freire (1967, p.5) de que a conscientização não se separa da alfabetização. Ou seja, é a partir da educação, da leitura da palavra que o indivíduo pode conscientizar-se e constituir-se enquanto sujeito histórico.

A conscientização se dar a partir do momento em que a pessoa com cegueira congênita ou adquirida assume a sua deficiência enquanto um fato com o qual deve aprender a lidar, bem como desperta para o seu papel histórico, social, político e econômico e se posiciona frente a essa realidade, atentando para a necessidade de buscar a reabilitação. Nesta perspectiva compreendemos que

À medida que o homem se percebe sujeito de sua própria história, sua identidade adquire nova conotação: ele passa a ter uma identidade em permanente constituição, uma identidade cultural, produzida histórica e socialmente. Nesta construção identitária, o homem se inclui, socializa-se (SILVA, 2011, p.200).

A história de vida de Ana Lúcia Leite (2010) nos possibilita compreender este fato quando menciona que

Eu perdi a visão com vinte anos. Foi de repente. Eu fui dormir enxergando tudo e amanheci cega. Para mim foi um choque muito grande [...]. Minha mãe foi uma guerreira que lutou o tempo inteiro e conheceu o Instituto dos Cegos de João Pessoa me levou para lá e a partir daí tudo melhorou na minha vida porque eu comecei a reaprender a viver. [...]. Aprendi o Braille em uma semana e tive muito apoio tanto do pessoal do Instituto quanto da minha família (ANA LÚCIA LEITE, 2010).

A narrativa de Ana Lúcia Leite (2010) pode ser analisada a partir de dois vieses. Em um primeiro instante, tange ao quanto inicialmente o fato de perder a visão remete a um momento traumático na vida do ser humano. Diante de tal situação, que em muitos casos não consegue ser revertida, mesmo diante de procedimentos cirúrgicos, estes sujeitos após o período inicial, traumático e em muitos casos depressivo, precisam reaprender a viver e a “enxergar” o mundo sobre outra perspectiva.

Um exemplo disso é a nossa própria história de vida. Como mencionamos na Introdução deste trabalho, em um primeiro momento após o acidente que resultou na perda de nossa visão, passamos um período tenso, onde tivemos que olhar a paisagem a partir dos outros ângulos que as janelas de nossa vida nos fornecem. Neste processo do reaprender a andar, a comer, a viver em sociedade, a educação foi primordial.

Segundo, a fala de Ana Lúcia Leite (2010), nos possibilita inferir que nesse processo de reaprender a viver, a família e o acesso a educação são fundamentais. Assim, como no caso de nossa depoente, como nos dos demais entrevistados, bem como no nosso, compreendemos que a participação dos familiares foi fundamental para que pudéssemos perceber que a perda de um sentido sensorial não é sinônimo da ausência de sentido para nossas vidas.

A vida não pode ser mensurada em toda a sua dimensão, pela existência ou não de uma deficiência física. Para além disto, encontramos sentido para a mesma em tantas outras possibilidades que nos dão sentido e movem o valor que a mesma tem.

A família cumpre papel primordial principalmente quando desperta a pessoa cega para a necessidade de buscar a educação, mecanismo através do qual esta poderá desencadear um processo de conscientização e de autonomia. Neste sentido, através do apoio, da âncora criada através dos laços familiares, torna-se possível refazer caminhos e dar o tom e a cor de novas possibilidades para o viver.

Cabe ressaltar que muitas famílias não reconhecem o lugar que ocupam na reabilitação da pessoa que adquire ou nasce com alguma deficiência e, muitas vezes, contribuem para que esta possa construir a imagem do pedinte, do inválido e do incapaz.

Para que possamos perceber o quanto a participação da família na constituição da autonomia da pessoa com deficiência se faz necessária, basta pensar que em 1980 foi sistematizado nos Estados Unidos o *Movimento de Vida Independente* que posteriormente se espalhou para outros países. A respeito desta iniciativa vemos que esta é

[...], um movimento de inclusão social cujos princípios foram ditados pelas próprias pessoas com deficiências que não aceitavam ficar à margem da sociedade e à mercê das instituições, especialistas e familiares, que decidiam tudo por elas. O MVI busca o desenvolvimento individual das pessoas com deficiência através da divulgação do conceito de vida independente e do oferecimento de serviços e informações para que as mesmas adquiram autonomia na realização das atividades da vida diária, tomem as próprias decisões, se responsabilizem por suas escolhas e assumam as consequências destas (LANNA JÚNIOR, 2010, p.62).

A indisponibilidade das famílias para despertar as pessoas cegas, bem como as que têm outros tipos de deficiência, para buscar a profissionalização e a educação, ou seja, a reaprender a viver, se constitui em um elemento que em certos casos impossibilita a inclusão social destes. Neste sentido, Adenise Queiróz de Farias (2010) menciona que

É, eu acho que é exatamente por essa falta de oportunidade que muitas vezes não é por culpa dele, às vezes é muito culpa de uma, da realidade onde ele está inserido, da realidade onde ele estava imerso. Às vezes, a localidade onde ele morava não possibilitou esse acesso, principalmente às vezes, a família dele não acredita que ele era capaz, e lhe negou esse direito ao acesso, e por isso eles foram privados desta condição, não por culpa deles, mas por culpa de todo um contexto ao qual está inserido (ADENISE QUEIRÓZ DE FARIAS, 2010).

Concordando com Adenise Queiróz de Farias (2010) pensamos que a família, dentre outros aspectos, muitas vezes constituiu-se como um instrumento de segregação social para a pessoa cega. Por super-proteção, pena ou medo, sentimentos estes construídos culturalmente, muitas unidades familiares, ao tentar “zelar” pelos seus, acabam relegando-os à tônica da incapacidade e da invalidez,

quando, a exemplo, não permitem que estes realizem suas atividades cotidianas, ou até mesmo, que cuidem de sua higiene pessoal. Assim, verificamos que

A interiorização do preconceito social, somada à culpabilização, faz com que alguns familiares superprotejam a pessoa com deficiência para poupá-la de ações preconceituosas. Além de que, o autopreconceito se constitui a causa do isolamento social deste sujeito. A aliança preconceito-conformismo faz com que a aposentadoria por invalidez seja vista pela pessoa com deficiência e pelos familiares como a solução dos seus problemas (FRANÇA; PAGLIUCA, 2008, p.214).

Ao não permitir que a pessoa cega desenvolva atividades básicas do seu cotidiano, a família a confina ao espaço do privado permitindo que tais sujeitos se assumam enquanto improdutivos e incapazes de desenvolver qualquer atividade. Como nos propõe Hall (2002, p.13) nossas identidades mudam de acordo com a forma como somos percebidos socialmente.

Neste sentido, compreendendo que a família está inserida em um contexto social e que esta é o primeiro espaço de sociabilidade dos seres humanos, a forma como somos interpelados por nossos familiares, interfere na constituição de nossas identidades.

Tal fato pode ser observado na narrativa de Maria do Socorro Bispo (2010) quando esta partindo de sua experiência profissional enquanto secretária no Instituto dos Cegos em Campina Grande nos afirma que

Eu acho que eles precisam de estímulo. Precisam de apoio da família, principalmente, porque o “q” da coisa é a família, se você não tiver uma base familiar, dificilmente você vai para algum lugar. Eu tive casos aqui na instituição onde a família não queria que o cego progredisse. Um exemplo, o nosso amigo João Faustino. Se dependesse da família dele, João não estava nem aqui. Então eu acho que começa de casa, aí depois vem o meio que agente convive e que as pessoas não dão estímulo, aí eu não quero fazer, não vou fazer. Eu tive aqui um caso, um caso interessante. Eu levei um aluno aqui para fazer o supletivo, o seu Manoel Honório, quando ele chegou lá ele fez todas as provas e disse que não ia fazer a de Inglês. [...]. Não porque eu não estudei, não tive aula, eu não sei de nada. Ai eu disse: seu Manoel, o senhor marca o que achar que é certo. Ele passou. Se eu não tivesse dado essa, esse, teria perdido o ano né. É incentivo, tudo na vida precisa de incentivo. É motivação (MARIA DO SOCORRO BISPO, 2010).

A fala de Maria do Socorro Bispo (2010) nos permite ratificar o que vínhamos discutindo anteriormente, a importância da família para que as pessoas cegas

possam ser motivadas a buscar a profissionalização a partir da educação. Partindo dos dois casos mencionados pela depoente vemos que o apoio e a motivação das pessoas que estão ao entorno da pessoa cega é fundamental para que esta possa conscientizar-se a buscar a sua emancipação através da educação.

O acesso da pessoa cega a escolarização possibilita que esta possa fazer uma leitura do mundo partindo de um prisma que não tenha a deficiência como um elemento de reclusão ao espaço do privado, tampouco que impeça que esta possa, assim como as demais pessoas, construir outras experiências e vivências tantas, formulando assim, outra identidade que difere da incapacidade e da invalidez.

Os estereótipos que associam a pessoa cega ao inválido e ao incapaz, enquanto uma construção histórica, podem ser desconstruídos a partir das experiências e vivências de deficientes visuais que mesmo diante desta limitação, não se reservaram ao espaço do privado. São as histórias de vida de tais sujeitos e os seus agenciamentos cotidianos que permitem questionar e minar os alicerces dos estigmas e preconceitos referentes a estes indivíduos, possibilitando que o sujeito ressurgir em sua completude humana e em sua plenitude para a vida.

O ingresso das pessoas cegas no mercado de trabalho, assim como das pessoas sem deficiência, perpassa por uma questão de profissionalização e, em consequência, de acesso a educação. Isto é perceptível na narrativa de José Otto Muniz Falcão Filho (2010) quando este, ao discorrer sobre a sua História de vida, menciona que

Eu já nasci deficiente visual. Fui criado como um cego e estudei aqui no Instituto dos Cegos. Depois fiz supletivo de primeiro e segundo graus e cursei a faculdade de História e depois fiz Direito. O desafio foi passar no concurso e entrar no mercado de trabalho. Graças a Deus passei em dois concursos: um para professor de História do Estado e outro para professor de História no Município. Isto modificou que hoje eu faço parte da população ativa, eu trabalho, graças a Deus sou remunerado, e posso sustentar a minha família (JOSÉ OTTO MUNIZ FALCÃO FILHO, 2010).

José Otto Muniz Falcão Filho (2010) evidencia que a educação em interface com o mercado de trabalho possibilita que o indivíduo possa construir para si a identidade do produtivo. A presença de pessoas cegas, como a que elucidamos o seu depoimento acima, nos permite questionar: os termos inválido e incapaz podem ser utilizados para referendar a estes sujeitos? A deficiência se constitui como um

elemento impeditivo do ingresso de pessoas cegas no mundo da educação e no mercado de trabalho?

Partindo dos depoimentos dos nossos entrevistados elucidados até o presente momento, bem como da bibliografia na qual nos aportamos, podemos verificar que a cegueira não é sinônimo de incapacidade e que esta não se constitui como um impedimento ao acesso da pessoa cega ao mundo do trabalho.

Cabe destacar que esta inclusão laboral será efetivada, partindo dentre outros aspectos, do empreendimento de um processo de conscientização por parte da PcD, através do qual esta possa buscar o acesso a educação, sua profissionalização e qualificação para exercer uma função no mercado de trabalho.

A importância do trabalho e da educação na constituição da autonomia da pessoa cega pode ser elucidada a partir do depoimento de Sebastião Messias de Oliveira (2011) quando nos apresenta que

Em tudo. Porque você quando não tem acesso a escola, que é deficiente visual, no nosso caso, torna-se mais cego ainda, quando agente tem acesso à escola que começa a aprender aí você começa a ver. E o trabalho, bom. Aí é que nos eleva. Primeiro você tem que ter vontade de procurar trabalhar e estudar. Vai partir de você querer. Se você quer, você pode, muito embora as coisas tenham muitas dificuldades. Mas um dia querendo pode passar um ano, dez, ou quinze, ou vinte, se você tiver o desejo de fazer aquilo que você quer, um dia você faz (SEBASTIÃO MESSIAS DE OLIVEIRA, 2011).

A narrativa de Sebastião Messias de Oliveira (2011) pode ser analisada a partir de três prismas. De início o depoente nos chama atenção para o fato de que o acesso a educação possibilita que o deficiente visual possa começar a “ver”, ou seja, a compreender o mundo sobre uma perspectiva que não tenha a deficiência como elemento determinante de sua incapacidade. A educação possibilita que a pessoa cega possa “enxergar” a paisagem a partir dos vários ângulos que a janela da vida os oferece.

O segundo aspecto, nos remete a como a vinculação educação e trabalho possibilita que as pessoas cegas se constituam como sujeitos autônomos e independentes. O terceiro prisma, remete ao fato de que a conscientização para buscar a educação e o acesso ao mundo do trabalho perpassa por uma questão de motivação. Esta motivação é construída a partir dos indivíduos, a exemplo os familiares, que estão ao entorno da pessoa cega e principalmente, da vontade do próprio sujeito.

Freire (1987, p.39) nos propõe que ninguém educa a ninguém, mas que os indivíduos constroem um conhecimento a partir de uma ação dialógica. Parafrazeando este autor, e considerando que o mundo do trabalho e a educação possuem uma vinculação intrínseca, compreendemos que ninguém motiva ninguém, mas que os indivíduos a partir do estabelecimento de laços de sociabilidade e da forma como são interpelados socialmente, motivam-se em uma ação dialógica. Ou seja, a motivação da pessoa cega será constituída a partir da compreensão que este possui de si e do outro, e como é contemplado pelos seus pares.

Nossas experiências de vida e a de nossos entrevistados nos permitem afirmar que enquanto uma alteração física, a deficiência não nos impede de ocupar diversos espaços na esfera do social, tais como ser ingresso em escolas, universidades e desenvolver diversas profissões. Trabalhar permite que este indivíduo possa manter economicamente a si e aos seus familiares, bem como possibilita que este se sinta ativo não apenas economicamente, mas socialmente e culturalmente, pois cria novos modos de se estabelecer culturalmente através das relações sociais, minando os preconceitos e discriminações que são criados.

Como propõe Braverman (1987, p.10), o trabalho possui uma dimensão que perpassa a esfera do econômico e remete a construção de subjetividades por parte dos indivíduos. O acesso da pessoa cega ao mercado de trabalho possibilita que esta possa desconstruir a identidade do incapaz e do inválido, na medida em que, como evidencia Hall (2002, p.10), nossas identidades são construídas a partir de fatores exteriores a nós, e da maneira como somos interpelados pela sociedade, não sendo, portanto, um dado natural.

Este processo de constituição de outra identidade e da conscientização onde a pessoa cega percebe a necessidade de romper com o espaço do silêncio ao qual foi destinado, é longo e conflituoso. Isto se deve ao fato de que, como propõe Freire (1967, p.10), a conscientização perpassar por um reconhecimento da situação de opressão a qual determinados segmentos sociais estão submetidos, e da posterior constituição de mecanismos de resistência e rompimento com este quadro.

O despertar para a busca da profissionalização perpassa de início, pela aceitação por parte da pessoa cega da sua deficiência. Este aspecto pode ser elucidado partindo da narrativa de Ana Lúcia Leite (2010) quando menciona que

Alguns amigos se afastaram quando eu perdi a visão. O namorado se afastou quando eu perdi a visão. Mas os que ficaram foram pessoas verdadeiras que até hoje estão comigo. Depois que eu passei pelo processo de reabilitação eu casei, eu construí o meu lar, a minha família, eu tive filhos, eu fiz vários cursos, participei de vários cursos, fiz o pedagógico, depois fiz vestibular para Biblioteconomia que era uma coisa que eu queria muito, trabalhar com a disseminação da informação. Passei, concluí o curso, já fiz duas especializações uma na área de bibliotecas acessíveis e outra na área de psicopedagogia e pretendo fazer mestrado. Trabalhei dez anos como professora de educação especial, me identifiquei muito, bastante [...]. Trabalhei na FUNAD com informática para deficientes visuais, também me identifiquei bastante e hoje estou aqui na Universidade Estadual da Paraíba, concursada e gosto muito do que faço. Tenho muitos planos para o futuro. Pretendo melhorar no meu trabalho, mas assim, esta tudo dentro. Tenho tido êxito, estou gostando bastante (ANA LÚCIA LEITE, 2010).

A fala de Ana Lúcia Leite (2010) ao enfatizar mais um aspecto de sua história de vida, nos evidencia como o início da conscientização é difícil, já que aprender a conviver com a deficiência não é uma tarefa simples. Devido aos preconceitos inculcados nas mentes dos indivíduos, muitas vezes as pessoas que cercam o sujeito que perde a visão tendem a afastar-se deste.

No caso da nossa depoente muitos amigos e até mesmo o seu namorado, cortaram os laços de convivência com esta. Este fato nos permite pensar que para muitas pessoas a deficiência ainda é um aspecto que torna a pessoa cega inferior, um ser sem importância ou que não pode ter vida social.

As histórias de vida de pessoas cegas, assim como a de Ana Lúcia Leite (2010), nos possibilitam desconstruir tais preconceitos e estereótipos. A deficiência não pode ser compreendida como um elemento que define as relações que devemos estabelecer com as pessoas, tampouco como um mecanismo de exclusão social. Compreendemos que

É preciso que a sociedade tenha em mente que, ao vir ao mundo, o ser humano não pode escolher as condições biológicas, e socioeconômicas que deseja ter, de modo que é preciso ajudar o Outro a assumir o cuidado pela própria vida, responsabilizar-se pelo próprio desenvolvimento e relacionar-se com o mundo que o rodeia, pois estas habilidades são imprescindíveis ao convívio social e ao enfrentamento da realidade (FRANÇA; PAGLIUCA, 2008, p.117).

Ana Lúcia Leite (2010) ao apresentar um breve relato de sua trajetória acadêmica nos evidencia que no processo de constituição da autonomia da pessoa

cega, a interface mundo do trabalho e educação é imprescindível. Tal fato no permite compreender que no tocante a autonomia e a conscientização

[...], a consciência faz o seu mundo, afastando-o de si, no distanciamento objetivamente que o presentifica como mundo consciente, a palavra adquire a autonomia que a torna disponível para ser recriada na expressão escrita. O homem, [...], encontra na palavra escrita uma maneira mais firme e definida de dizer-se, isto é, de existenciar-se discursivamente na “práxis” histórica (FREIRE, 1987, p. 10).

O ato da conscientização ao perpassar o acesso a educação possibilita que a pessoa cega possa dizer a palavra, ou seja, que esta seja capaz de assumir-se enquanto sujeito histórico. A escrita e a leitura da palavra, partindo da leitura do mundo, do contexto onde a pessoa com deficiência está inserida possibilita que esta possa constituir a sua autonomia e romper com o lugar do silenciamento ao qual foi relegada historicamente.

Assim como no caso de Ana Lúcia Leite (2010), nós quando perdemos a visão fomos surpreendidos pelo distanciamento de muitas pessoas que julgávamos amigas. Porém, do fundo do poço onde estávamos, ao olharmos para cima, era possível contemplar alguns raios do sol que às vezes se escondia entre as nuvens. Estes raios de sol entraram como fecho de luz em nossa vida, nos permitindo perceber do lugar onde estávamos que poderíamos emergir, ressurgir, abrindo assim a janela do nosso interior e viver novamente.

A partir do momento em que transformamos a dor e o sofrimento em forças para continuar vivendo, que desenvolvemos mecanismos de agenciamento e resistência e que buscamos nossa profissionalização a partir da educação, ou seja, que buscamos dizer e reinterpretar a palavra, pudemos contemplar através dos vários ângulos das janelas de nossas vidas a plenitude do sol, das oportunidades que o viver nos oferece, e que sermos cegos não é sinônimo de incapacidade e invalidez.

O acesso ao mercado de trabalho via educação mais do que produzir pessoas cegas ativas do ponto de vista econômico, constitui pessoas autônomas e cientes do lugar social no qual se inserem. Ou seja, como evidencia Lanna Júnior (2010, p.30), possibilita que estes sujeitos possam decidir sobre a sua vida, bem como auxiliar os seus familiares.

Estes aspectos podem ser percebidos a partir do depoimento de Adenise Queiróz de Farias (2010) quando menciona que

Ah, sem dúvida, modificou. É, totalmente, porque o mercado de trabalho e a escola faz com que nós sejamos de fato pessoas reconhecidas, com que agente tenha uma vida produtiva, diferente de tantas pessoas sejam pessoas com deficiência ou não, quando não se estuda, quando não se trabalha, essas pessoas se tornam pessoas improdutivas, e a escola e o trabalho nos tornou pessoas produtivas, pessoas que pelo nosso trabalho temos acesso direto aos bens de consumo, e ainda estamos mostrando a nossa possibilidade e o nosso potencial, a nossa capacidade de atuar, especialmente isso, somos pessoas produtivas para nós, para a nossa família e para a sociedade em geral (ADENISE DE QUEIRÓZ FARIAS, 2010).

O depoimento de Adenise Queiróz de Farias (2010) pode ser analisado a partir de dois prismas. De início remete a como o acesso ao mundo do trabalho está relacionado tanto no caso da pessoa com deficiência, como no das que não possuem nenhum tipo de deficiência a constituição da autonomia e da identidade do produtivo socialmente e economicamente. Ou seja, como nos propõe Antunes (2004, p.340) às pessoas ao serem incorporadas pelo mercado de trabalho tendem a construir para si um sentido de atividade social e de utilidade.

A inclusão da pessoa cega no mercado de trabalho possibilita que está possa oferecer a si e aos seus familiares aquilo que almeja e que acredita ser o melhor. No nosso caso, a partir do momento que juntamente com minha esposa e filho pudemos empreender atividades na área de recepções para festas, percebemos o quanto proporcionar o bem estar para a nossa família nos faz sentir como seres ativos. Nesta perspectiva, compreendemos que

Para quem exerce o seu direito a cidadania, trabalhar significa não depender financeiramente dos familiares. O afastamento do trabalho implica perdas significativas para o indivíduo as quais exigem a utilização de mecanismos de enfrentamento da ociosidade. Isto porque ao se alijar de uma função laborativa, o sujeito destitui de um projeto de vida, de estimulação mental, da sociabilidade com os colegas e da definição de sua própria identidade. Para além das admoestações psíquicas individuais subsistem aquelas de ordem social, pois, com o surgimento do capitalismo, o trabalho foi alçado a um lugar de destaque, havendo uma repulsa pela indolência e pelo ócio (FRANÇA; PAGLIUCA, 2008, p.109).

O segundo aspecto, remete ao fato de que o ato de estudar, de ter acesso a educação possibilita que possamos nos sentir produtivos e atuantes na sociedade. A

educação desperta o indivíduo para ser mais, para se constituir enquanto produtivo na medida em que o convida a desafiar-se, a questionar-se. Ou seja,

Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados ao responder ao desafio, Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada (FREIRE, 1987, p.39).

A pessoa cega ao buscar sua profissionalização e ter acesso à educação e ao mundo do trabalho é desafiada a questionar a si, a sua deficiência, a sua identidade e ao modo como tem agido em seu cotidiano. A educação permite que o indivíduo saia do comodismo e busque dentre as várias possibilidades que a estrada da vida oferece, um caminho a seguir. O desafiar-se proporcionado pelo mundo do educar permite que as pessoas cegas rompam com os grilhões que as oprimem e que as confinam ao espaço do privado.

Estes aspectos podem ser notabilizados na fala de Ana Lúcia Leite (2010) quando propõe que

Modificou em 100% porque eu sou do interior da Paraíba de uma cidade chamada Aguiar. Lá no Aguiar tem outros deficientes visuais que hoje vivem aquela vidinha né, de só dentro de uma rede não tem perspectivas nenhuma passa o dia inteiro ouvindo o rádio ou televisão, essa é a vida deles, então, os meus pais tiveram essa atitude de vim para João Pessoa para mim colocar para estudar, porque lá no interior não tinha estudo pra mim, e na época os professores não tinha, a gente não sabia como atender, não me aceitava na sala de aula né, por falta de conhecimento e, meus pais vinheram para a capital e graças ao esforço deles e ao estudo que fiz é que hoje eu sou, assim, eu me sinto realizada profissionalmente e em outros aspectos também (ANA LÚCIA LEITE, 2010).

Ana Lúcia Leite (2010) em sua fala além de remeter a importância da educação para a constituição da autonomia da pessoa cega, de enfatizar a importância do apoio da família neste processo, notabilizou um aspecto determinante na inclusão da pessoa cega: a formação do professor para lidar com as pessoas que possuem alguma necessidade educativa especial.

A ausência da (in)formação por parte do docente ao invés de incluir a pessoa com deficiência pode o relegar, mais uma vez, ao lugar do silenciamento e da marginalização social. Nesta perspectiva vemos que

Entre os aspectos que devem ser revistos para potencializar a inclusão escolar faz-se necessário repensar a formação inicial e continuada do professor, pois este é o ator principal no cenário do ensino e aprendizagem dos educandos, sejam eles com ou sem deficiência. Considerando o crescente número de matrículas de PD na rede regular de ensino público, de acordo com Baldo (2004), em 2.003 e principalmente em 2.004 houve um aumento de 524,4% no número de matrículas em relação às de Instituições Especiais, que nesse mesmo período houve um aumento de 44,1%, ou seja, foi muito maior o número de matrícula de PD em salas regulares em detrimento da educação especial. Assim sendo, torna-se fundamental preparar os professores para atuarem com estas pessoas. Mas, infelizmente nos deparamos com a realidade que os cursos de formação inicial e continuada de professores não são suficientes para que eles possam trabalhar incluindo de fato os alunos (BARDY; DOESCHER; SCHLÜNZEN, 2005, p.22).

No nosso caso, a exemplo, durante a nossa vida escolar muitos foram os casos em que os professores ou por indisponibilidade para nos receberem devido aos preconceitos construídos historicamente, ou por ausência de (in)formação, em suas aulas não nos contemplaram. Atitudes simples como ler o que acabou de escrever no quadro, evitar expressões como “este aqui”, “aquele ali”, possibilitam que a pessoa cega possa sentir-se incluída, bem como construir a sua autonomia.

Pensar a educação em uma perspectiva inclusiva é remeter a uma educação, que como evidencia Freire (2001, p.30) é uma ação política, mas que está distante de qualquer forma de preconceito e de subestimação da capacidade do ser humano. Neste sentido,

[...], educar para uma sociedade plural é pensar a educação pelo foco da diversidade identitária, cultural e étnica cujos sujeitos sociais, de diferentes marcadores identitários, possam, através de suas diferenças, construir no contexto da escola canais interativos criando redes de saberes onde seja possível a solidariedade e o aprender a viver juntos. Dessa forma, precisamos empreender diferentes formas e modos para que os sujeitos educativos interajam entre si e troquem saberes complementares (ARAÚJO, 2011, p.106).

Mesmo diante da existência de leis e políticas públicas que visam assegurar a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do educar, muitas pessoas cegas ainda estão excluídas deste espaço, o que dificulta a constituição destes enquanto

sujeitos autônomos e conscientes do seu lugar de cidadãos. Diversos são os fatores que contribuem para este fato, dentre eles a ausência de oportunidade como podemos visualizar no depoimento de Adenise Queiróz de Farias (2010), quando esta menciona que

É, eu acho que é exatamente por essa falta de oportunidade que muitas vezes não é por culpa deles. Às vezes é muito culpa de uma, da realidade onde ele está inserido, da realidade onde ele estava imerso. Às vezes, a localidade onde ele morava não possibilitou esse acesso, principalmente às vezes, a família não acreditava que ele era capaz, e lhe negou esse direito ao acesso, e por isso eles foram privados desta condição, não por culpa deles, mas por culpa de todo um contexto ao qual ele está inserido ou no qual ele está inserido (ADENISE QUEIRÓZ DE FARIAS, 2010).

A narrativa de Adenise Queiróz de Farias (2010) pode ser analisada a partir de duas perspectivas. Em um primeiro sentido, remete ao fato de devido à realidade a qual estão inseridos muitos indivíduos serem excluídos do acesso a educação. O fato de morar distante de uma escola que tenha as condições físicas e humanas de receber tais sujeitos, muitas vezes nega o acesso destes indivíduos a este espaço, dificultando a constituição da autonomia e da conscientização por parte destes.

Em um segundo momento, nossa depoente evidencia que a ausência de oportunidades para que as pessoas cegas possam ter acesso à escola está relacionada à falta de incentivo por parte da família destes sujeitos, como mencionamos anteriormente.

A inclusão social da pessoa cega perpassa pela oportunidade de acesso a educação, pela motivação pessoal, pelo incentivo das pessoas que convivem com esta e do fornecimento das oportunidades das quais necessita para poder desenvolver o seu potencial humano.

No que se refere ao acesso a educação das pessoas com deficiência e das que não possuem nenhuma deficiência física, vemos que

Sendo esta uma luta que envolve a todos, ressaltamos que aqui no Brasil a coisa se complica à medida que as desigualdades sociais são classificadas como uma das maiores do mundo. Para se ter uma ideia precisa desta realidade em nosso país, basta afirmar que a exclusão socioeconômica não é possibilidade, é fato, e exemplo disso é o índice de analfabetismo do povo brasileiro que se aproxima de quase 12%, fração de um total que atinge 190 milhões de habitantes. São milhões de brasileiros excluídos de um direito básico que lhes é negado: o acesso à educação e ao saber ler e escrever – garantia do exercício ao direito da cidadania (SILVA, 2011, p.191).

Se o acesso a educação já é negado às pessoas que não possuem alguma deficiência, as PcD são duplamente excluídas deste espaço, na medida que além de excluídos devido a falta de oferta de uma educação de qualidade, são excluídos também devido aos preconceitos incutidos nas mentes daqueles que constituem e gerenciam o sistema educacional no Brasil.

As pessoas com deficiência quando conseguem ter acesso a educação, tem que agenciar cotidianamente, construir mecanismos de resistência, a partir dos quais, como evidencia Thompson (1998, p.18), torna-se possível o rompimento com uma situação de opressão e marginalização social.

As dificuldades que as pessoas com deficiência se deparam cotidianamente nos mais diversos espaços, inclusive na educação, podem ser notabilizadas no depoimento de Ana Lúcia Leite (2010), quando destaca que

Bem hoje, hoje eu vejo assim com outros olhos. Teve uma época que eu era radical, eu achava que eles eram fracos, entendeu? Que não se aceitavam e ficavam se escondendo e eu achava isso. Mas, hoje eu tenho outros pensamentos diante dos obstáculos e eu sinto assim. Tem dia que eu digo: meu Deus do céu, porque não é fácil a vida de uma pessoa com deficiência. Eu acho um absurdo que alguns professores daqui da universidade diz que não, que nós somos iguais, que todos tem deficiência. Nós temos além dessa deficiência que todo mundo tem, uma deficiência física que não é fácil, por mais que as pessoas digam que isso dá para conviver, dá. Precisa ser muito forte para enfrentar, para meter a cara, tem que ser muito forte, porque senão. São muitos os obstáculos. [...]. Agente pode mostrar a essas pessoas que tem, que muitas pessoas também se acomodam pelo fato de não conhecer (ANA LÚCIA LEITE, 2010).

Ana Lúcia Leite (2010) ao analisar os motivos que no cotidiano dificultam a inclusão das pessoas com deficiência nos mais diversos espaços da sociedade, enfatiza que a vida destes sujeitos não é fácil, haja vista os preconceitos que estão presentes, a exemplo, na mente de alguns professores universitários. Tais aspectos exigem das PcD que estes agenciem cotidianamente e busquem empreender ações que desconstruam os preconceitos e estereótipos que foram construídos a respeito destes.

O discurso veiculado costumeiramente de que todas as pessoas possuem alguma deficiência é detentor de certo sentido na medida em que, enquanto seres humanos, possuímos limitações sentimentais, psicológicas, dentre outras. Porém, tal

aspecto não deve se constituir como um instrumento de construção de uma suposta igualdade entre os indivíduos que ao invés de incluir, segrega e marginaliza as pessoas cegas e com outros tipos de deficiência.

Nossas limitações de cunho emocional, social, político ou econômico, ao nosso ver, não podem ser comparadas com uma deficiência física. A ausência de condições econômicas, a exemplo, em muitos casos pode ser superada a partir da busca em querer mais do próprio indivíduo. Uma deficiência física, na maioria dos casos não pode ser revertida, mesmo mediante o empreendimento de procedimentos médicos e cirúrgicos. A divulgação deste tipo de pensamento pode ser compreendida como a produção por parte da sociedade na pessoa com deficiência de

[...], um mecanismo de controle de sua autonomia e da sua criatividade e de exigir obediência à ordem social proposta. Não bastasse este domínio social sobre o corpo, as normas instituídas pela cultura passam constrangimento aos familiares e a própria pessoa com deficiência, pois, a permanecerem obedecendo ao instituído, tornam-se infelizes (FRANÇA; PAGLIUCA, 2008, p.214).

Diante destes aspectos, compreendemos que o acesso a educação e a inclusão das pessoas cegas no mundo do trabalho, constituem-se como um instrumento de produção da autonomia da pessoa cega, bem como possibilita que os preconceitos que foram construídos historicamente a respeito destes indivíduos sejam desconstruídos. Neste sentido, como nos evidencia José Otto Muniz Falcão Filho (2010)

Essas pessoas têm que ter perseverança, tem que batalhar para enfrentar esse tipo de desafios e vencê-los, tem que perseverar, tem que pensar primeiro em estudar e se qualificar para trabalhar. Me sinto muito realizado, porque eu gosto de dar aula de História para deficientes visuais (JOSÉ OTTO MUNIZ FALCÃO FILHO, 2010).

A narrativa de José Otto Muniz Falcão Filho (2010) evidencia como a vinculação educação e mundo do trabalho, constitui a autonomia e possibilita a inclusão social da pessoa cega, como mencionamos nas páginas anteriores. Nesta perspectiva, é a presença destes sujeitos marginalizados e excluídos por séculos,

nas mais diversas instâncias do social que possibilitará desconstruir e desmistificar os estereótipos e preconceitos construídos em relação a estes.

Embora existam leis e políticas públicas que se configuram como um avanço na busca da inclusão social das pessoas com deficiência, muitos ainda são os preconceitos que a sociedade ainda nutre em relação a estes. Tal aspecto pode ser notabilizado na narrativa de Sebastião Messias de Oliveira (2010) quando menciona que

Ainda hoje há pessoas que fazem questão de não crer o quanto ou como as pessoas normais, os ditos videntes, são capazes de fazer ou fazem. Porque a nós deficiente visual, só falta à luz dos olhos físicos, ao surdo a audição, ao cadeirante a locomoção, a movimentação, somente (SEBASTIÃO MESSIAS DE OLIVEIRA, 2010).

Concordando com Sebastião Messias de Oliveira (2010) compreendemos que a ausência da luz dos olhos físicos não pode se consubstanciar como um mecanismo de segregação social ou de classificação dos indivíduos enquanto inferiores, incapazes ou inválidos. A interface entre educação e mundo do trabalho possibilita que as pessoas com deficiência possam “enxergar” o mundo não com os olhos físicos, mas com as luzes do conhecimento, da emancipação e da autonomia.

Considerações Finais

Uma das discussões mais presentes na atualidade, principalmente no contexto das Ciências Humanas, é o respeito e o convívio com a diversidade. Conviver com o que difere de nossas opções culturais e do nosso contexto social, constituiu-se como um desafio já que geralmente nos afastamos e a inferiorizamos aquilo que difere de nós e de nossas concepções.

Nesta perspectiva, tendemos a construir um padrão de normalidade remetendo aquilo que é aceito pela maioria da sociedade e por nós, e de anormalidade para a camada da sociedade que não se adequa aos padrões de beleza, as normas físicas e culturais. Tomando como base este pressuposto, diversos grupos sociais foram silenciados no decorrer da História e tiveram os seus direitos sociais e civis negligenciados, dentre eles as pessoas cegas e que possuem outros tipos de deficiência.

O atendimento dispensando a tais sujeitos, no decorrer da História, oscilou entre a exclusão, como no contexto da Idade Média onde as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência eram assassinadas, passando por medidas assistencialistas que ao invés de construir a autonomia destes indivíduos os legavam ao espaço do privado e da incapacidade, e na atualidade por medidas, em geral, alicerçadas no paradigma da inclusão social, como evidencia Lanna Júnior (2010, p.28).

Partindo de uma análise baseada na dualidade normais/anormais, as pessoas cegas foram rotuladas enquanto invalidas e incapazes sendo assim, excluídas de diversos espaços do social, dentre eles do mundo do trabalho e da educação. A caracterização das pessoas com deficiência, construída partindo de uma comparação aos ditos “eficientes”, assim como evidencia Gaio (2004, p.142), foi construída na perspectiva de inferiorizar e marginalizar estes sujeitos.

Tais concepções foram incorporadas inclusive por instituições públicas como o Ministério do Trabalho e o Instituto de Seguridade Social – INSS que nos documentos e benefícios sociais expedidos utilizam o adjetivo incapaz para referendar-se a estes sujeitos sociais. Nesta perspectiva, tais pressupostos foram adquirindo corporeidade e tornaram a exclusão das pessoas com deficiência, do espaço do social, uma determinação, como algo natural.

O estereótipo do incapaz e do inválido divulgado socialmente possibilita a construção, por parte da pessoa cega, da identidade do improdutivo. A forma como somos interpelados pela sociedade, como evidencia Hall (2002 p.21), se constitui como um dos elementos a partir dos quais os indivíduos constituem suas identidades.

Campina Grande, cidade pólo no interior do Nordeste, e que tem despontado na atualidade no setor comercial, industrial e tecnológico, comporta uma quantidade significativa de pessoas cegas, sujeitos estes que em muitos casos ainda estão excluídos do mundo do trabalho. Tal exclusão pode ser compreendida como decorrente dos estereótipos e estigmas construídos a respeito destes sujeitos e que os legam a tônica da incapacidade.

A presença de pessoas cegas no mundo do trabalho pode ser compreendida como um mecanismo de agenciamento e resistência, como propõe Thompson (1998, p15), a partir do qual estes podem evidenciar que a deficiência se constitui como uma limitação e não como um impedimento para que possam desenvolver suas atividades cotidianas e sua sociabilidade.

Partindo dos depoimentos analisados nesta perspectiva, compreendemos que no período situado entre os anos 1994 e 2010 tem ocorrido avanços no tocante da inclusão as pessoas cegas no mundo do trabalho em Campina Grande. Esta inclusão é possível a partir do momento em que estes indivíduos empreendem um processo de conscientização, onde a família possui uma função imprescindível, e através do acesso a educação, buscam a sua profissionalização e reabilitação.

Embora exista uma série de leis e de políticas públicas que remetem a inclusão da pessoa com deficiência, muitos ainda são os desafios e obstáculos que a pessoa cega tem que enfrentar, na cidade lócus de nossa pesquisa, para poder conquistar o seu espaço. O mundo do trabalho tem se configurado de forma excludente, como evidencia Antunes (2004, p.341), e quando os sujeitos que pleiteiam uma vaga neste espaço são cegas, este se torna ainda mais seletivo.

Embora, as pessoas com deficiência tenham sido legadas a tônica da incapacidade e da invalidez, existe um grupo de pessoas cegas em Campina Grande, que em seu cotidiano, a partir de suas práticas, revertem este quadro e cotidianamente contribuem para a desconstrução de tais estereótipos. Neste sentido, compreendemos que as experiências sociais construídas pelos indivíduos, assim como evidencia Moraes e Müller (2003, p.341), possibilitam a desconstrução

de mitos e preconceitos e a construção de outras identidades, pautadas nas vivências de sujeitos sociais antes marginalizados e silenciados.

O rompimento do estereótipo do inválido e do incapaz pode ser efetivado a partir da vinculação educação e mundo do trabalho, na medida em que, como propõe Freire (1967, p.21), o acesso a leitura da palavra, partindo da leitura do mundo, possibilita que o indivíduo possa empreender outra interpretação do seu contexto social, bem como possa empreender uma nova interpretação da sua própria deficiência.

Ao contribuir para a formação da autonomia da pessoa cega, a interface mundo do trabalho e educação, torna viável a consecução de uma sociedade mais equânime, onde o caráter do indivíduo, suas capacidades e habilidades não sejam mensuradas pela sua adequação, ou não, aos padrões de normalidade impostos pela sociedade.

Os depoimentos de nossos entrevistados nos possibilitaram inferir que a inclusão social da pessoa cega decorre, entre outros fatores, da vinculação família/educação/mundo do trabalho. A família, enquanto o primeiro espaço de sociabilidade do ser humano, representa o primeiro agente exterior que nos interpela e que interfere na constituição das nossas identidades. Este espaço social dependendo da sua concepção com deficiência pode contribuir para a reabilitação da pessoa cega, ou para que esta continue restrita ao espaço do privado.

A educação fornece os subsídios e práticos para que a pessoa com deficiência possa reinterpretar e reler a sua deficiência, enxergando as múltiplas possibilidades do viver. O mundo do trabalho, com os vários sentidos como evidencia Antunes (2004, p.341) e seus múltiplos significados expressos por Braverman (1987, p.53) possibilita que a pessoa cega possa construir a identidade do produtivato e rompa com a opressão ao qual foi submetida no decorrer da História.

Nossas histórias de vida enquanto pessoas cegas nos possibilitam compreender que a deficiência enquanto uma limitação, não deve se consubstanciar que para que possamos empreender nossas atividades cotidianas, inclusive trabalhistas. A ausência da visão pode nos privar de enxergar o mundo a partir dos olhos físicos, mas não impede que possamos lê-lo a partir dos outros sentidos que possuímos. Sobretudo, a cegueira não nos tira a possibilidade de agenciarmos socialmente na busca de nossa inclusão.

O conhecimento, enquanto um instrumento de humanização dos homens e das mulheres, como evidencia Freire (1967, p.130), nos possibilitar “ver” o mundo e o nosso contexto social, a partir da luz do saber, saber este construído a partir de nossas vivências e experiências nos mais diversos espaços do social, dentre estes no mundo do trabalho e na educação.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho*. In. Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho. São Paulo, 2008. Disponível em: www.fundacentro.gov.br/dominios. Acesso em: 23/9/2011 às 16:40 hs.

ANTUNES, Ricardo. ALVES, Ricardo. *As Mutações do Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital*. In. Revista de Educação Social, Campinas, vol.25, n.87, p.335-351, maio/ago.2004.

ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão. *A Educação Popular na Escola Pública: tecendo olhares sobre o diálogo, a inclusão e a diversidade cultural*. In. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares (org.). Paulo Freire: teorias e práticas em educação popular – escola pública, inclusão e humanização. Fortaleza: UFC, 2011.

BARDY, Livia Raposo. DOESCHER, Andréa Marques Leão. SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moryia. *A Inclusão de Pessoas com Deficiência Física na Escola Regular: perspectiva para a formação de educadores*. In. Anais do VIII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. Universidade Estadual Paulista, 2005. Disponível em: www.unesp.br/prograd. Acesso em 25/10/2011 as 15:00 hs.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e educação popular; a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: EDUSC, 2004.

BRAGA DE SÁ, Marisa. *A Paisagem Recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande*. In. GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. João Pessoa: A UNIÃO, 2010.

BRAVERMAN, H. *Trabalho capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: LTR, 1987.

CASTRO, Hebe. *História Social*. In. CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFA, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Maria Aparecida Barbosa. RAMALHO, Maria Noalda. *A Inclusão de Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais na Universidade Estadual da Paraíba: aspectos dessa experiência*. In: *Revista Teias*. Rio de Janeiro, ano 9, p.100-116, julho/dezembro 2008.

CONVENÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Disponível em: www.acessibilidadeweb.com/luso/Convencao.pdf. Acesso em: 21/9/2011 às 16:05 hs.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, políticas e públicas na área de necessidades educativas especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 22/9/2011 as 16:08 hs.

FRANÇA, Inacia Sátiro Xavier. PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. *Formas de Sociabilidade e Instauração da Alteridade: vivências de pessoas com deficiência*. Campina Grande: EDUEP, 2008.

FIORI, Ernani Maria. *Aprender a Dizer a sua Palavra*. In. FREIRA, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. 2.ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GAIO, Roberta. *Diálogos com a História*. In. GAIO, Roberta. MENEGHETTI, Rosa G. Krob (org.). *Caminhos Pedagógicos da Educação Especial*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Trad. Guacira Lopes Louro, Tomaz Tadeu da Silva. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LANNA JÚNIOR, Mário Cleber Martins. *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 2010.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2001.

MORAES, Maria Célia Marcondes. MÜLLER, Ricardo Gaspar. *História e Experiência: contribuições de E. P. Thompson à pesquisa em educação*. In. Revista Perspectiva, Florianópolis, v.21, p.329-349, jul/dez. 2003.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. MUNHOZ, Sidnei J. *Edward Palmer Thompson*. In. LOPES, Marcos Antônio. MUNHOZ, Sidnei J. (org.). *Historiadores de Nosso Tempo*. São Paulo: Alameda, 2010.

NERES, Celi Corrêa. CORRÊA, Nesdete Mesquita. *O Trabalho como Categoria de Análise na Educação do Deficiente Visual*. In. Cad. Cedes, Campinas, vol.28, n.75, p.149-170, maio/ago.2008.

PEREIRA, Antônio. *Pode Existir Inclusão Social de Pessoas Deficientes no Mundo do Trabalho e na Educação Capitalista?* In. Revista Educação Especial, n.32, p.189-200. Disponível em: www.ufm.br/revistaeducacaoespecial. Acesso em: 30 de Setembro de 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

POCHMANN, Márcio. *Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?* In. Revista de Educação Social. Campinas, vol.25, n.87, p.383-399, maio/ago 2004. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 21/9/2011.

SANTOS, Andrea Paula dos Santos. *Trajetórias da História Social e da Nova História Cultural: cultura, civilização e costumes no cotidiano do mundo do trabalho*. In: Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador Tecnologia e Civilização. Paraná: 2005.

SANTOS, Sônia Maria dos. ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. *História Oral: vozes, narrativas e textos*. In. Cadernos de História de Educação, n.5, jan/fev.2007.

SILVA, Silvânia Lúcia de Araújo. *Diálogos entre a Pedagogia Freiriana e a Educação Inclusiva: em busca do sujeito social*. In. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares (org.). Paulo Freire: teorias e práticas em educação popular – escola pública, inclusão e humanização. Fortaleza: UFC, 2011.

SOUZA, Luiz Gonzaga de. *Economia, Política e Sociedade*. 2006. Disponível em: www.eumed.net/libros. Acesso em: 25/9/2011 as 13:00 hrs.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

APÊNDICE

QUESTÕES ORIENTADORAS DA ENTREVISTA

1. A sua cegueira é de nascença ou adquirida?
2. Como você vê a pessoa com deficiente visual no mundo do trabalho?
3. Como você se percebe no mundo do trabalho e no seu campo de atuação?
4. Que tipos de preconceito você já percebeu no seu ambiente de trabalho?
5. Como você percebe a relação que as pessoas têm com o deficiente visual na sociedade campinense?
6. A partir da sua experiência no mundo do trabalho, como você percebe a atuação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Campina Grande?
7. Na sua opinião, quais os desafios que uma pessoa com deficiência visual enfrenta na cidade de Campina Grande?
8. O fato de você ter tido acesso à escola e entrado no mercado de trabalho, modificou em que a sua vida?
9. Fale um pouco da sua história de vida dos desafios que você tem enfrentado a partir da cegueira.
10. No campo profissional, você se sente realizada? Que objetivos deseja alcançar?
11. Qual a sua opinião quando nas carteiras de trabalho as pessoas com deficiência são classificadas com termos como incapazes ou inválidos?
12. Como você percebe as pessoas com deficiência visual que diferente de você não enfrentaram os desafios ou não tiveram a oportunidade de enfrentá-los?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da pesquisa que resultará no trabalho de conclusão de curso de *Inácio Vicente Marinho*. Declaro ser esclarecido (a) e estar de acordo com os seguintes pontos;

- A pesquisa terá como objetivo perceber como a exclusão das pessoas deficientes visuais do mercado de trabalho provém de uma construção histórica e social que legou para estes a tônica do inválido ou do incapaz.

- Ao (o) voluntário (a) só caberá a autorização para participar da pesquisa e não haverá nenhum risco ou desconforto ao (a) mesmo (a).

- O (a) voluntário (a) poderá se recusar a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização da pesquisa ora proposta, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o (a) mesmo (a).

- Será garantido sigilo dos resultados obtidos nesta pesquisa, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial;

- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários desta pesquisa científica e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros a (ao) voluntário, e portanto, não haverá necessidade de indenização por parte da pesquisa e/ou instituição responsável.

- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimento, o (a) participante poderá contatar o pesquisador no número (83) 9109-8995, residente à rua Jerônimo da Costa Ramos, Bela Vista, n.185, Lagoa Seca – PB.

- Ao final da pesquisa se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com o pesquisador. Vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará na minha posse.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar em pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que autoriza a utilização dos depoimentos orais.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Campina Grande – PB, ____/____/2011

